

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Trabalho e ensino em contabilidade 2

Atena
Editora
Ano 2022

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)

Trabalho e ensino em contabilidade 2

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Trabalho e ensino em contabilidade 2

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

T758 Trabalho e ensino em contabilidade 2 / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0449-1

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.491222707>

1. Contabilidade. I. Silva, Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título.

CDD 657

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

O livro “Trabalho e Ensino em Contabilidade 2” é uma obra publicada pela Atena Editora e reúne um conjunto de cinco capítulos sobre a temática. A contabilidade tem evoluído e ocupado um lugar de destaque no meio acadêmico, despertando o interesse de diversos pesquisadores que buscam compreender e aprofundar o conhecimento sobre esta ciência. Investigar os diversos fenômenos que permeiam este campo científico auxilia no avanço e consolidação da contabilidade como ciência, assim como contribui para o processo de tomada de decisão de gestores e diversos outros *stakeholders* que se utilizam da informação contábil.

Este livro contempla estudos sobre diversas temáticas que permeiam o campo da contabilidade, tais como: perícia contábil, normas internacionais de contabilidade, normas de contabilidade aplicadas ao setor público, cálculo de valor agregado, mercado de capitais e educação financeira. A diversidade temática trazida nesta obra possibilita que o leitor compreenda a contabilidade como uma área de estudo de ampla aplicabilidade, deixando de lado qualquer visão restrita e estereotipada sobre esta ciência. Assim, este livro emerge como uma fonte de pesquisa para acadêmicos e profissionais que desejam ampliar seus conhecimentos sobre a contabilidade, em especial sobre o trabalho e ensino em contabilidade. A seguir, apresento os capítulos que compõem esta obra, juntamente com seus respectivos objetivos.

O primeiro capítulo é intitulado “Perícia Contábil: análise bibliométrica dos artigos científicos publicados em revistas e congressos entre 2013 e 2020” e analisou as produções acadêmicas sob o enfoque da Perícia Contábil, por meio de levantamento bibliométrico realizado na plataforma *Google Scholar*, considerando artigos publicados em revistas e anais de congressos e outros eventos científicos, no período de 2013 e 2020.

O segundo capítulo é intitulado “A Implantação da NBC TSP 14 em um Município de Pequeno Porte: o caso de Luzerna/SC” e buscou demonstrar os efeitos e situações enfrentadas por um município de pequeno porte na utilização da NBC TSP 14 - Custo de Empréstimos, convergida da IPSAS 5 - *Borrowing Costs*, verificando-se quais foram as dificuldades enfrentadas, soluções implementadas e resultados alcançados, por meio de pesquisa bibliográfica e documental.

O terceiro capítulo tem como título “Estudo de Caso sobre o Cálculo do Valor Agregado com Uso do Avanço Físico Planejado de Projetos” e se trata de um estudo de caso único de uma empresa de petróleo do Brasil, especificamente sobre o cálculo do valor agregado de um projeto básico de uma plataforma de petróleo no Brasil controlado em 2018 e 2019, que tinha como escopo a entrega de documentações técnicas de engenharia.

O quarto capítulo é intitulado “Intenção de Investir no Mercado de Capitais e Educação Financeira na Percepção de Estudantes de Ciências Contábeis” e teve como

objetivo analisar a relação entre a intenção de investir no mercado de capitais e a educação financeira. Adicionalmente, o estudo buscou verificar os fatores relacionados à intenção de investir no mercado de capitais. Trata-se de uma pesquisa descritiva e quantitativa, desenvolvida por meio de uma *survey* em que foram aplicados 195 questionários com estudantes de ciências contábeis de uma universidade pública.

Compreendo que este material proporciona uma experiência ímpar de reflexão e aprendizagem para docentes, pesquisadores, estudantes, gestores, consultores, profissionais contábeis e todos aqueles que têm interesse pelo tema. Desse modo, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
PERÍCIA CONTÁBIL: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS EM REVISTAS E CONGRESSOS ENTRE 2013 E 2020	
Jaqueline Freire e Silva	
Robson Ramos Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4912227071	
CAPÍTULO 2	15
A IMPLANTAÇÃO DA NBC TSP 14 EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE: O CASO DE LUZERNA/SC	
Dreone Mendes	
Mariana de Azevedo Ramos	
Adelcio Machado dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4912227072	
CAPÍTULO 3	33
ESTUDO DE CASO SOBRE O CÁLCULO DO VALOR AGREGADO COM USO DO AVANÇO FÍSICO PLANEJADO DE PROJETOS	
Isaias Gentil Filho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4912227073	
CAPÍTULO 4	47
INTENÇÃO DE INVESTIR NO MERCADO DE CAPITAIS E EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	
Maria Raíla Portela Marques	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4912227074	
SOBRE O ORGANIZADOR	65
ÍNDICE REMISSIVO	66

CAPÍTULO 1

PERÍCIA CONTÁBIL: ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DOS ARTIGOS CIENTÍFICOS PUBLICADOS EM REVISTAS E CONGRESSOS ENTRE 2013 E 2020

Data de aceite: 04/07/2022

Data de submissão: 06/06/2022

Jaqueline Freire e Silva

Universidade Veiga de Almeida
Rio de Janeiro – RJ

Robson Ramos Oliveira

Universidade Veiga de Almeida
Rio de Janeiro – RJ
<http://lattes.cnpq.br/2552725232723245>

RESUMO: A contabilidade tem passado por constantes mudanças, seja no âmbito das legislações ou na modernização de processos, o que tem impulsionado o crescimento no número de contadores registrados nos Conselho Federal de Contabilidade. No entanto, mesmo com esse crescimento, é possível observar que ainda existem temas pouco explorados na produção acadêmica, como é o caso da Perícia Contábil, por exemplo, quando comparado com outros temas. Em resumo, o presente estudo buscou analisar as produções acadêmicas sob o enfoque da Perícia Contábil, através de levantamento bibliométrico realizado na plataforma *Google Scholar*, considerando artigos publicados em Revistas, Congressos e Anais de Contabilidade, no período de 2013 e 2020. Nesse sentido, foram coletados para a pesquisa um total de 58 artigos, e analisados através de parâmetros como: quantidade de artigos publicados por ano; quantidade de autores por publicação; quantidade de publicações por temas abordados

e metodologia utilizada.

PALAVRAS-CHAVE: Perícia Contábil; Revistas; Análise Bibliométrica.

FORENSIC ACCOUNTING: A BIBLIOMETRIC SURVEY OF ARTICLES PUBLISHED IN MAGAZINES AND CONGRESS BETWEEN 2013 AND 2020

ABSTRACT: Accounting has undergone constant changes within the scope of the legislation or in the modernization of processes, which has driven the growth of accountants registered with the Federal Accounting Council. However, even with this growth, it is possible to observe that there are still themes little explored in academic productions, as is the case of Forensic Accounting, for example, when compared to other themes. In summary, the present study sought to analyze academic productions from the perspective of Accounting Expertise through a bibliometric survey carried out on the Google Scholar platform, considering articles published in Magazines, Congresses, and Annals of Accounting, in the period between 2013 and 2020. In this sense, 58 articles were collected for this research and analyzed through parameters such as the number of articles published per year; the number of authors per publication; the number of publications by topics covered, and the methodology used.

KEYWORDS: Forensic Accounting; Magazines; Bibliometric Survey

1 | INTRODUÇÃO

Um dos instrumentos de prova admitido em nosso ordenamento jurídico, a Perícia

Técnica possui o objetivo de esclarecer a veracidade dos fatos através de informações de conteúdo técnico, a serem emitidas por profissional de notório saber e habilidade técnica comprovada.

Desde o advento do Código Civil, em 1916, já se mencionava a figura do perito, porém, em poucas ocasiões. Mais tarde, com a entrada em vigor Código de Processo Civil, em 1973, a perícia técnica foi incluída no rol de meios de prova admitidos por Lei e teve seu rito determinado pela Legislação. No entanto, foi em 2015, com a alteração ocorrida no Código de Processo Civil, que o Legislador tornou mais relevante a atuação do perito, na medida em que as alterações trazidas pela Lei trouxeram maior transparência aos atos, em especial às nomeações realizadas pelos Juízes.

Como um dos campos de atuação dentro da Contabilidade, a Perícia Contábil vem alcançando grande destaque, em especial devido a sua importância como ferramenta de auxílio na tomada de decisões, seja em processos judiciais, extrajudiciais ou arbitragem.

Sua regulamentação se deu, inicialmente, com o advento do Decreto-Lei 9295 de 1946. Posteriormente, no ano de 2009, dado o grau de importância dos trabalhos de perícia, o CFC editou Normas Técnicas sobre Perícia Contábil (NBC TP 01) e Normas Profissionais para atuação do Perito (NBC PP 01) para regulamentar a atuação dos Peritos. Essas normas ainda se encontram em vigor, embora já tenham sido objeto de algumas atualizações pelo próprio CFC.

Nos últimos anos, como a Contabilidade tem passado por muitas mudanças, seja no âmbito das Legislações, da fiscalização ou da modernização dos processos, além de ter um amplo campo de atuação, isso tem ocasionado um crescimento no número de Contadores no Brasil. Segundo dados apresentados pelo Conselho Federal de Contabilidade, em dezembro de 2020, o total de contabilistas registrados nos quadros da instituição era de 358.857. No entanto, mesmo com o crescimento do número de contadores, a produção científica na área contábil ainda cresce em ritmo mais lento, se comparada a outras áreas, como o Direito por exemplo. Após levantamento no *Google Scholar*, é possível observar que no período de 2010 a 2020, foram publicados 82.100 artigos sobre contabilidade em geral e 11.500 sobre Perícia Contábil, no mesmo período.

Assim, ao analisar dados obtidos através da breve pesquisa, é possível identificar que, dentro do tema Contabilidade, a produção científica relacionada ao tema Perícia Contábil ainda não tem sido objeto de vasta publicação, embora seja um tema relevante e atual. Por isso, o presente estudo tem por objetivo apresentar levantamento bibliométrico das publicações em Revistas voltadas à Perícia Contábil, compreendidas entre os anos de 2013 e 2020, buscando analisar as produções acadêmicas, com relação às temáticas abordadas, quantidade de publicações por revista, frequência de publicações por ano e de autores por artigo.

O presente artigo científico foi elaborado com cinco tópicos, iniciando pela introdução, que irá conferir uma visão geral do tema perícia contábil e da pesquisa realizada. No

referencial teórico será apresentada revisão da literatura sobre o tema, enquanto no tópico seguinte, a metodologia utilizada na pesquisa. Os tópicos seguintes apresentarão os resultados obtidos pela pesquisa e a conclusão.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Historicamente, considera-se como a primeira manifestação acerca do tema Perícia Contábil no Brasil aquela ocorrida em 1924, no I Congresso Brasileiro de Contabilidade. Neste Encontro, conforme explica Sá (2019), houve o consenso de que a função do contabilista deveria ser dividida em três, quais sejam: contador, guarda-livros e perito, além da necessidade de oficialização da perícia contábil.

Ainda de acordo com Sá (2019), também ficou determinado que a perícia contábil constituiria atividade privativa dos membros da classe, sendo a fiscalização de tal atividade atribuição exclusiva do Conselho de Contabilidade, quando estes fossem criados.

Entretanto, somente em 1946, com o advento do Decreto-Lei 9295 e a criação do Conselho Federal de Contabilidade é que as funções do Contador e da Perícia Contábil foram, de fato, regulamentadas no Brasil. Além de definir as atribuições dos contadores, a nova legislação, também, incluiu a perícia como trabalho técnico de contabilidade, além de torná-la função privativa do bacharel em ciências contábeis.

Mister destacar que, junto ao Decreto-Lei 9295, também são consideradas essenciais à atuação do perito contábil as regras trazidas no Código de Processo Civil, Lei 13.105/2015 e no Código Civil, Lei 10.406/2002. O Código de Processo Civil, em especial é o que vai nortear o procedimento que o perito deve adotar no curso do processo judicial.

Já em âmbito contábil, o CFC editou norma regulamentadora estabelecendo as regras a serem observadas pelos peritos, ao executar uma perícia contábil, além de norma com os procedimentos para atuação profissional do contador como perito. Assim, foram publicadas as NBC TP 01 e a NBC PP 01.

2.1 Perícia contábil: Conceitos e características

De forma simplificada, a Perícia Contábil constitui conjunto de técnicas utilizadas por quem detém conhecimento específico e em conformidade com a legislação e normas vigentes, que servirão como meio de prova, quando da necessidade de se dirimir litígios entre duas ou mais partes.

Pela definição apresentada na NBC TP 01, item 2, Perícia Contábil é

“o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente”.

Para Sá (2019, p.02),

“Perícia contábil é a verificação de fatos ligados ao patrimônio individualizado, visando oferecer opinião mediante questão proposta. Para tal opinião realizam-se exames, vistorias, indagações, investigações, avaliações, arbitramentos, em suma, todo e qualquer procedimento necessário à opinião”

Já segundo Magalhães (2017, p. 04),

“A perícia, pela óptica mais ampla, pode ser entendida como trabalho de natureza específica, cujo rigor na execução seja profundo. Dessa maneira, pode haver perícia em qualquer área científica ou até em determinadas situações empíricas. Por outro lado, a natureza do processo é que a classificará, podendo ser de origem arbitral, judicial, extrajudicial, administrativa ou operacional”.

Pela regra presente no Art. 25 do Decreto-Lei 9295 de 1946, bem como no item 4 da NBC TP 01, a Perícia Contábil pode ser do tipo Judicial, aquelas exercidas no âmbito do Poder Judiciário ou Extrajudicial, neste caso exercidas no âmbito podendo arbitral, estatal (oficial) ou voluntária, sendo certo que em todos os casos a competência é exclusiva de contador devidamente registrado no Conselho.

No caso da Perícia Contábil Judicial, esta será requerida pelo Juiz, sempre que houver necessidade de esclarecimentos de algum fato apresentado no processo e consistirá em exame, vistoria ou avaliação. Além disso, é um procedimento que segue um rito próprio, previsto no Novo Código de Processo Civil, Lei 13.105/2015. Este tipo de perícia possui três fases, preliminar, operacional e a fase final. A primeira fase é o momento em que vai ocorrer o requerimento da perícia ao Juiz, bem como seu deferimento, escolha e intimação do perito, que apresentará sua proposta, indicação dos assistentes técnicos. Na fase operacional dá-se início a perícia e as diligências necessárias. Por fim, a fase final será para entrega do laudo, esclarecimentos das partes e levantamento de honorários.

Já em se tratando das perícias extrajudiciais, esta é contratada pelas partes, de comum acordo, para solucionar conflitos sem a necessidade de ingresso no Poder Judiciário. Elas podem ocorrer no âmbito arbitral, quando o caso for tutelado pela Lei da Arbitragem (Lei 93074/1996); podem ocorrer no âmbito estatal, quando executada sob a tutela de órgão do Estado e, por fim, podem ocorrer de maneira voluntária, quando contratada de forma espontânea pelas partes.

Mister destacar, também, o fato da Perícia Contábil não se confundir com o instituto da Auditoria, especialmente por ser a Auditoria utilizada para proteção das empresas enquanto a Perícia tem como objetivo servir como prova na solução de conflitos. Nesse sentido, o quadro abaixo apresenta algumas características que destacam essas diferenças entre os conceitos:

Perícia	Auditoria
Executada somente por pessoa física (CPC, art. 145)	Pode ser executada tanto por pessoa física quanto por pessoa jurídica
A perícia se prende ao caráter científico de uma prova, com o objetivo de esclarecer controvérsias	Tende à necessidade constante. Exemplo: auditoria de balanço, repetindo-se anualmente
É específica, restrita aos quesitos e pontos controvertidos, especificados pelo condutor judicial	Poder ser específica ou não. Exemplo: auditoria de recursos humanos, ou em toda a empresa
Sua análise é irrestrita e abrangente	Feita por amostragem
Usuários do serviço: as partes e, principalmente a Justiça	Usuários do serviço: sócios, investidores, administradores.

Tabela 1: Diferenças entre Perícia e Auditoria

Fonte: Crepaldi (2019)

2.2 Perito contábil x perito assistente técnico: atuação na perícia judicial

Pela definição contida na NBC PP 02, item 1: “Perito é o Contador regularmente registrado em Conselho Regional de Contabilidade, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada”

O Perito-contador, assim denominado pela mesma NBC PP01 no item 3, pode atuar em três vertentes: como nomeado, quando designado pelo Juiz para atuar em processos judiciais; como contratado, ao atuar em perícias extrajudiciais; e escolhido, para atuar em perícia arbitral. Quando da sua atuação como nomeado, o perito contador é escolhido pelo Juiz através do Cadastro Nacional dos Peritos Contábeis, criado pela Resolução 1.502 do CFC.

Além da figura do Perito Contábil, às partes é facultado indicar peritos técnicos assistentes, que irão acompanhar o trabalho dos peritos, salvaguardando o direito das partes que o contrataram. Tal possibilidade está prevista no Código de Processo Civil e, por este motivo, a NBC PP 01 definiu em seu item 4 que “Perito-contador assistente é o contratado e indicado pela parte em perícias contábeis, em processos judiciais e extrajudiciais, inclusive arbitral”.

Tanto o Perito Contábil quanto o Perito Assistente devem possuir competência técnico-profissional para executar suas funções com excelência, sempre se mantendo atualizado quanto aos ensinamentos contábeis, Legislações e as Normas Brasileiras e Internacionais da Contabilidade. Assim, é dever de ambos, conforme item 5 da NBC PP 01:

- a) Pesquisar, examinar, analisar, sintetizar e fundamentar a prova no laudo pericial contábil e no parecer pericial contábil;
- b) Realizar seus trabalhos com a observância da equidade significa que o perito-contador e o perito-contador assistente devem atuar com igualdade de direitos, adotando os preceitos legais e técnicos inerentes à profissão contábil.

Por outro lado, os papéis desempenhados por ambos são diferentes, conforme pode ser observado na tabela abaixo:

Perito	Perito Assistente
Nomeado pelo juiz.	Indicado pelo litigante.
Contador Habilitado.	Contador habilitado.
Sujeito a impedimento ou suspensão.	Não está sujeito ao impedimento
Recebe honorários mediante alvará determinado pela justiça.	Recebe seus honorários diretamente da parte que o indicou.
O prazo para entrega dos trabalhos é determinado pelo juiz.	O prazo de manifestação para opinar sobre o laudo do perito é de 10 dias após a publicação.
Profissional de confiança do juiz.	Profissional de confiança da parte.

Tabela 2: Distinção entre Perito e Assistente Técnico

Fonte: Crepaldi (2019)

A análise do quadro acima torna claro que tanto o perito quanto o assistente técnico desempenham funções importantes no curso de um processo judicial. Uma relevante diferença apontada por Crepaldi (2019) é em relação a imparcialidade. Enquanto o perito contador deve agir com imparcialidade, os peritos assistentes podem e devem ser parciais pois defendem os interesses daqueles que os contrataram.

Ainda segundo Crepaldi (2019), o Perito é nomeado pelo Juiz e elabora Laudo Pericial Contábil enquanto Assistente Técnico é indicado pelas partes, autor ou réu, e elabora o parecer técnico contábil, sendo certo que em ambos os documentos deve ser respeitada estrutura prevista na NBC TP 01.

3 | METODOLOGIA

No que concerne a metodologia aplicada, este item irá descrever os critérios utilizados para alcançar o objetivo da pesquisa, buscando esclarecer sua finalidade e a forma de coleta de dados.

Assim, quanto a sua finalidade, a pesquisa foi elaborada sob a ótica descritiva, já que seu objetivo é o estudo da produção científica em Perícia Contábil e suas nuances. Para Vergara (2016) pesquisa descritiva é aquela que expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno, podendo também estabelecer correlações entre variáveis e natureza.

Já quanto aos meios de investigação, a pesquisa foi realizada sob a ótica bibliográfica pois é elaborada com base em material já publicado e inclui material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos (Gil, 2018).

A forma utilizada para coleta e análise dos dados foi a pesquisa bibliométrica,

realizada através do *Google Scholar*. A ideia desta pesquisa foi realizar levantamento de artigos publicados em Revista e Congressos, no período de 2013 a 2020, dentro da temática Perícia Contábil. Nesse sentido, a pesquisa dentro dos parâmetros estabelecidos e, considerando o termo “Perícia Contábil” em todo o artigo, resultou na seleção de 1260 publicações em Revistas e 228 artigos apresentados em Encontros, Anais e Congressos de Contabilidade. Entretanto, para fins de delimitação de campo de pesquisa, optou-se em considerar para o presente estudo somente aqueles artigos cujo termo “Perícia Contábil” seja mencionado no título, o que resultou em um total de 58 artigos que serão objeto deste levantamento, sendo 48 publicados em Revistas e 10 apresentados em Encontros, Anais e Congressos de Contabilidade.

Publicação em Periódicos	Ano	Título
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ	2013	Uma análise bibliométrica dos artigos científicos em perícia contábil publicados entre os anos de 1999 a 2012
Revista Catarinense da Ciência Contábil	2013	Perícia contábil: análise bibliométrica e sociométrica em periódicos e congressos nacionais no período de 2007 a 2011
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	2013	Perícia Contábil: estudo da percepção de juízes de Primeira Instância na Justiça do Trabalho sobre a qualidade e a relevância do trabalho do perito
Revista Eletrônica do Curso de Ciências Contábeis	2013	A importância da perícia contábil no ingresso da ação judicial: O papel do perito como assistente técnico
Revista Razão Contábil & Finanças	2013	O ensino de perícia contábil em Universidades Federais: Aspectos curriculares
Revista Científica Linkania Master	2013	O primeiro olhar sobre o ensino da perícia contábil no município de Uberlândia–Brasil
Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI	2014	Um estudo bibliométrico sobre as características dos artigos de perícia contábil dos periódicos eletrônicos nacionais de acesso gratuito de ciências contábeis
Revista Uniabeu	2015	Um estudo bibliométrico sobre as características dos artigos de perícia contábil dos principais congressos de ciências contábeis
Revista de Contabilidade da UFBA	2015	Produção Científica na Área de Perícia Contábil: Um estudo bibliométrico em periódicos nacionais
Revista Catarinense da Ciência Contábil	2015	O Ensino da Perícia Contábil em Brasília: percepções dos estudantes do curso de ciências contábeis
Revista Brasileira de Contabilidade	2015	A Percepção dos concluintes e graduados do curso de Ciências Contábeis de uma IES da Paraíba sobre o mercado de trabalho na área de Perícia Contábil: um estudo comparativo.
Revista Brasileira de Contabilidade	2015	Um estudo sobre perícia contábil na área de fiscalização tributária no Estado de Pernambuco
Revista De Trabalhos Acadêmicos-Campus Niterói	2015	Fundamentos teóricos e éticos da perícia contábil
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	2016	Redes de atores na perícia contábil judicial: uma análise à luz da Teoria Ator-Rede

Revista Alcance	2016	Perícia contábil—o caso da compra financiada de apartamento em construção na cidade de São Paulo
Revista Mineira de Contabilidade	2016	A participação do contador em processo de falências e de recuperação de empresas na visão dos magistrados: administração judicial e perícia contábil
Revista Liceu On-line	2016	Perícia Contábil: análise da formação acadêmica do profissional de perícia
Revista Estudo & Debate	2016	Perícia contábil: estudo da qualidade do trabalho dos peritos sob a ótica dos magistrados de primeiro grau atuantes na justiça cível da cidade de Porto Alegre/RS
Revista EDUICEP	2016	A perícia contábil no contexto da justiça do trabalho
Revista de Trabalhos Acadêmicos – Campus Niterói	2016	A perícia contábil no poder judiciário: um estudo documental sobre sua aplicabilidade
Revista Organizações em Contexto	2017	Contabilidade Forense e Perícia Contábil: um estudo fenomenográfico
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	2017	Habilidades relevantes para a perícia contábil criminal: a percepção dos peritos e delegados da polícia federal
REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade	2017	A percepção dos discentes do curso de ciências contábeis quanto às habilidades e competências desenvolvidas na disciplina de perícia contábil.
Revista Uniabeu	2017	Perícia contábil trabalhista: experiências, características e habilidades relevantes na opinião de peritos e alunos
Revista Eletrônica Organizações e Sociedade	2017	Perícia judicial contábil
Revista Eletrônica Organizações e Sociedade	2017	A funcionalidade da perícia contábil judicial na resolução de lides
Revista de Contabilidade da UFBA	2018	Produção acadêmica sobre perícia contábil nos periódicos nacionais de contabilidade: Uma análise do último decênio
Revista de Ciências Empresariais da UNIPAR	2018	Qualidade e relevância do laudo da perícia contábil judicial: um estudo de caso à luz da teoria das expectativas
Pós em Revista	2018	Novo código de processo civil e as alterações na perícia contábil
Revista da Mostra de Iniciação Científica e Extensão	2018	Perícia contábil: um estudo multicaso sobre a influência do laudo pericial na sentença de liquidação em processos judiciais trabalhistas
Administração de Empresas em Revista	2018	Análise do impacto da lei n. 13.105/2015 e das normas brasileiras de contabilidade correlatas sobre a perícia contábil trabalhista
Revista Congrega-Mostra De Trabalhos de Conclusão De Curso-Issn 2595-3605	2018	Perícia contábil: nível de percepção dos egressos do curso de ciências contábeis acerca do ensino e preparação para o mercado de trabalho.
Revista de Direito da Empresa e dos Negócios	2018	O deferimento da perícia prévia contábil na recuperação judicial: uma aproximação ao common law
Revista de Administração e Contabilidade-Rac	2019	Perfil bibliométrico da produção científica sobre perícia contábil em congressos nacionais.

Revista De Anais De Eventos Dom Alberto	2019	Produção científica na área de perícia contábil: um estudo bibliométrico em periódicos listados pela qualis capes nos períodos de 2001 a 2018
Revista de Estudos Interdisciplinares do Vale do Araguaia-Reiva	2019	Perícia contábil
Revista de Administração e Contabilidade da Fat	2019	Perícia contábil: uma análise bibliométrica nos principais congressos brasileiros de contabilidade
Revista Gestão Organizacional	2019	Perícia contábil-financeira e os sistemas de amortização: sistema francês versus sistema de equivalência a juros simples
Revista de Psicologia	2019	Educação em perícia contábil: importância da disciplina para o curso de contabilidade
Refas – Revista Fatec Zona Sul	2019	A perícia contábil trabalhista como técnica auxiliar no trabalho jurídico
Revistas de Ciências Empresariais da Unipar	2019	Análise bibliométrica e rede de autores sobre perícia contábil: a produção científica dos anos de 2007 a 2016
Revista Conhecimento Contábil	2019	Uma análise bibliométrica nos periódicos qualis/capes: a produção científica sobre perícia contábil entre os anos de 2008 a 2018
Revista Unemat de Contabilidade	2019	A perícia contábil e as exigências do novo código de processo civil: a percepção dos peritos e acadêmicos e sob a ótica do discurso do sujeito coletivo
Revista Empreenda Unitoledo Gestão, Tecnologia e Gastronomia	2019	Perícia contábil como suporte das decisões judiciais nos processos de expurgos inflacionários–plano verão <i>expertise accounting as support of judicial decisions in the processes of inflationary expurgues–summer plan</i>
Revista Empreenda Unitoledo Gestão, Tecnologia e Gastronomia	2019	Perícia contábil como pilar das decisões judiciais em reclamações trabalhistas <i>expertise accounting as support of judicial decisions in labor action</i>
Revista Brasileira de Criminalística	2019	A perícia e o perito criminal contábil: instrumentos a serviço da justiça.
Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí	2020	Papéis da perícia criminal contábil e contabilidade forense: diferenças e estudo bibliométrico
Revista Brasileira de Ciências Policiais	2020	Racionalidade substantiva em unidades de perícia criminal federal contábil-financeira

Congressos / Anais / Encontros	Ano	Título
Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão	2013	Perícia Contábil e a convergência internacional: uma análise sobre os impactos na perícia contábil das normas internacionais de contabilidade (IFRS)
VI Congresso Nacional de Administração e Contabilidade-AdCont 2015	2015	Perícia Contábil: Fatores Utilizados para a Escolha e na Manutenção de Peritos Contadores como Peritos do Juízo, na Opinião dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro
VI Congresso Nacional de Administração e Contabilidade-AdCont 2015	2015	Perícia Contábil na Graduação: sua Contribuição para Formação de Contadores, a partir da aplicação do Modelo Contingencial de Vroom.
VI Congresso Nacional de Administração e Contabilidade-AdCont 2015	2015	A Participação do Contador em Processo de Recuperação de Empresas e Falência na Visão dos Magistrados: Administração Judicial e Perícia Contábil

ANAIS CONGREGA MIC-Mostra de Iniciação Científica e ANAIS MIC JR-Mostra de Iniciação Científica Jr	2016	O papel do contador na perícia contábil
Congresso ANPCONT	2017	Interdisciplinaridade no ensino de perícia contábil: percepção dos professores em cursos de Ciências Contábeis na cidade de São Paulo
Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade	2017	Aspectos da produção científica nacional em Perícia Contábil entre 1999 e 2016: análise bibliométrica de artigos publicados nos principais periódicos e anais de congressos
Etic-Encontro de Iniciação Científica-ISSN 21-76-8498	2017	Perícia Contábil Trabalhista: a atuação do profissional da contabilidade na tomada de decisão
1º Congresso UnB de Iniciação Científica-CCGUNB	2018	Desmistificando Big Data: Evolução Mandatória para Perícia Contábil
Etic-Encontro de Iniciação Científica-ISSN 21-76-8498	2018	A importância da perícia contábil em decisões judiciais

Tabela 3: Artigos em Perícia Contábil objeto desta pesquisa

4 | RESULTADOS

Este item se baseou em apresentar os resultados obtidos a partir da análise dos dados coletados, dentro dos parâmetros da pesquisa. Assim, os 58 artigos objeto deste estudo foram analisados segundo as características a seguir: frequência de publicações por ano; frequência de publicação por revistas; temáticas abordadas; quantidade de autores por artigo.

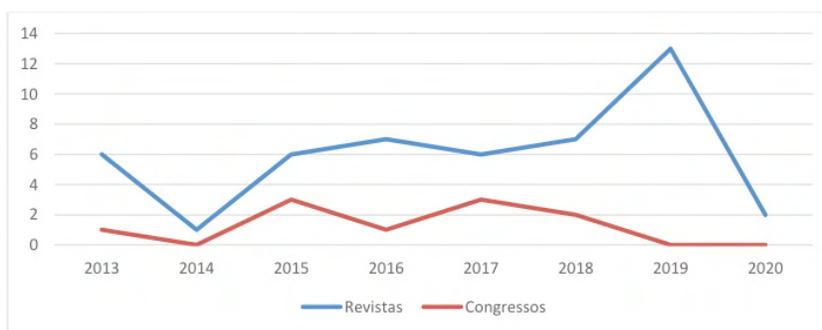


Gráfico 1: Frequência das Publicações em Revistas e Congressos, entre 2013 e 2020

Pela análise do gráfico 1 é possível inferir que desde o ano de 2014 tem havido crescimento na quantidade de publicações, sendo o ápice no ano de 2019, ano em que se concentrou o maior número de publicações de artigos em revistas. A, observa-se um considerável decréscimo com relação as publicações no ano de 2020, se comparado com o ano anterior. Já com relação a participação em Congressos, Anais e Encontros de

Contabilidade, desde o ano de 2017 tem ocorrido uma queda da submissão de trabalhos sob o tema Perícia Contábil.

Periódicos	Frequência
Revistas com 01 Publicação	30
Revistas com 02 Publicações	9
Revistas com 03 ou mais Publicações	0
Congresso com 01 Publicação	7
Congresso com 03 Publicações	1

Tabela 4: Frequência de Publicações no período de 2013 a 2020

A Tabela 4 acima apresenta o resultado consolidado a partir da análise da frequência de artigos publicados em cada revista. Assim, é possível observar que 30 revistas publicaram somente 1 artigo sobre o tema Perícia Contábil, enquanto 09 revistas publicaram 02 artigos cada uma dentro deste mesmo tema, nos 07 anos que compreendem o levantamento bibliométrico. Já com relação aos Congressos, dentre os 10 que foram coletados para análise, destaca-se que 03 deles foram apresentados em um mesmo Congresso, no ano de 2015.

Já com relação ao levantamento sobre a quantidade de autores por artigo publicado com o tema “Perícia Contábil”, a partir dos dados apresentados no gráfico 2, verificou-se que 33% dos artigos foram publicados por 02 autores, seguidos por 27% dos artigos publicados em coautoria por 03 autores. Nota-se a discrepância entre os artigos publicados por 01 autor (9%), com relação aos artigos publicados por 02 autores.

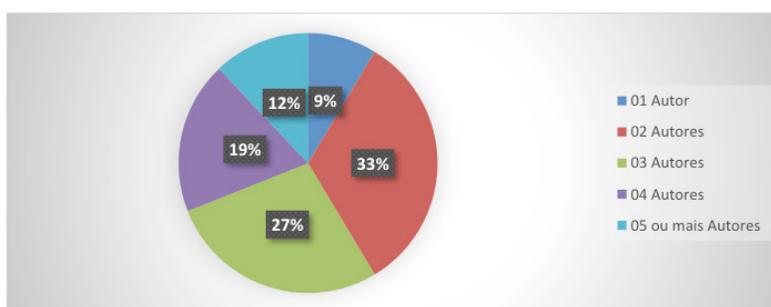


Gráfico 2: Número de autores por artigo publicado

Quanto aos assuntos mais abordados dentro da temática da pesquisa, aqueles que envolvem a Perícia Contábil em geral se destacam dos demais. Esse assunto corresponde a 20,68% dos artigos e compreende os assuntos sobre Perícia Contábil no Poder Judiciário e no novo Código de Processo Civil; fundamentos teóricos, mercado de trabalho, papel do

contador, dentre outros.

TEMAS ABORDADOS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Análises Bibliométricas	12	20,68%
Ensino da Perícia Contábil	8	13,79%
Perícia Criminal	4	6,89%
Perícia Trabalhista	7	12,06%
Perícia Contábil em Geral	22	37,93%
Laudo Pericial	2	3,44%
Estudo de Casos Concretos	2	3,44%

Tabela 5: Assuntos mais abordados

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de levantamento bibliométrico realizado com a utilização da plataforma *Google Scholar*, foram coletados dados de 58 artigos que abordaram o tema Perícia Contábil no período de 2013 a 2020, divididos por ano e por Revistas em que foram publicados.

A relação dos artigos publicados em cada ano demonstrou que o assunto Perícia Contábil poderia ser melhor explorado, pois no ano de 2019, que apresentou o melhor desempenho, foram publicados em Revistas somente 13 artigos. Já com relação a publicação em Congressos, Encontros e Anais, dos 10 trabalhos publicados no período do estudo, destacaram-se os anos de 2015 e 2017, em que houve a publicação de 03 trabalhos em cada ano. Dentre as temáticas que tiveram maior destaque estão, em primeiro lugar, estudos sobre a Perícia Contábil no geral, que abordaram fundamentos teóricos, percepção de Magistrados, Perícia Contábil Judicial e a Perícia Contábil no Novo Código de Processo Civil, dentre outros. Também merecem destaque os artigos que realizaram análise bibliométrica, 12 no total e aqueles que trataram sobre o ensino da perícia, que totalizaram 8 artigos publicados.

Já quanto as Revistas que publicaram sobre o tema, destaca-se o grande número de Revistas, 30 no total, que apresentaram somente 01 artigo publicado nos sete anos de levantamento bibliométrico, enquanto outras 09 Revistas publicaram, cada uma, 2 artigos no mesmo período. Por outro lado, o destaque de trabalhos publicados em Congressos, Anais e Encontros ocorreu no ano de 2015, em que foram submetidos 3 trabalhos em um mesmo Congresso.

Sobre os autores, o resultado da pesquisa demonstrou que 33% dos artigos publicados foram escritos por 02 autores, seguido por artigos escritos por 03 autores, que representa um percentual de 27%. Nota-se que os autores em sua maioria optam por escrever sobre o tema Perícia Contábil em coautoria, já que foram coletados somente 5 artigos escritos por um único autor, o que representa 9% dos trabalhos publicados.

O estudo em tela buscou apresentar dados e informações sobre a produção científica sobre o tema Perícia Contábil e, a partir desses dados, foi possível identificar que o assunto poderia ser melhor explorado em pesquisas futuras. Nesse sentido, sugere-se a escolha de temas ainda pouco publicados e que possuem grande importância na atualidade, tal como a Perícia Contábil Criminal.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Lei. 13105 de 16 de março de 2015** que instituiu o Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em Mar.2021.

BRASIL, **Lei. 10406 de 16 de janeiro de 2002** que instituiu o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em Mar.2021.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Manual de Perícia Contabil**. 01 ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

DA SILVA, Betânia Belizio et al. Produção acadêmica sobre perícia contábil nos periódicos nacionais de contabilidade: Uma análise do último decênio. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v. 12, n. 2, p. 98-114, 2018.

DE ARAÚJO, João Gabriel Nascimento et al. Um estudo bibliométrico sobre as características dos artigos de perícia contábil dos principais congressos de ciências contábeis. **Revista Uniabeu**, v. 8, n. 18, p. 65-82, 2015.

DE SÁ, Antônio Lopes. **Perícia contábil**. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 06 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MAGALHÃES, Antonio de Deus Farias. **Perícia Contábil: Uma Abordagem Teórica, Ética, Legal, Processual e Operacional**. 08 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MONTANARIN, Alessandra D. Prado L. **Perícia Contábil**. Curitiba: Contentus, 2020.

MOURA, Ril. **PERÍCIA CONTÁBIL: judicial e extrajudicial**. 6 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos Editora, 2020.

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE NBC TP 01 – NORMA TÉCNICA DE PERÍCIA CONTÁBIL. Disponível em: https://cfc.org.br/wp-content/uploads/2016/02/NBC_TP_01.pdf. Acesso em: Abr. 2021.

RABUSKE, Rodrigo; BECKER, Laís Ritiê. Produção científica na área de perícia contábil: um estudo bibliométrico em periódicos listados pela QUALIS CAPES nos períodos de 2001 a 2018. **Revista de Anais de Eventos Dom Alberto**, v. 1, n. 2, p. 43-51, 2019.

SALLES, Geovanna Lopes et al. Perícia Contábil: Análise Bibliométrica em Periódicos Brasileiros. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 11, n. 1, 2016.

SOUZA, R. B. L.; PRATES, ARIEL. Aspectos da produção científica nacional em Perícia Contábil entre 1999 e 2016: análise bibliométrica de artigos publicados nos principais periódicos e anais de congressos. In: **Anais do Congresso USP de Controladoria e Contabilidade**. 2017.

TAVEIRA, Lis Daiana Bessa et al. Uma análise bibliométrica dos artigos científicos em perícia contábil publicados entre os anos de 1999 a 2012. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 18, n 2, p. 49-64, 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. *Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração*. 16 ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CAPÍTULO 2

A IMPLANTAÇÃO DA NBC TSP 14 EM UM MUNICÍPIO DE PEQUENO PORTE: O CASO DE LUZERNA/SC

Data de aceite: 04/07/2022

Dreone Mendes

Mestrando em Desenvolvimento e Sociedade pela UNIARP. É Contador Geral do Município de Luzerna/SC; Vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CRC/SC; e multiplicador da Secretaria do Tesouro Nacional

Mariana de Azevedo Ramos

Mestranda em Desenvolvimento e Sociedade pela UNIARP. Advogada (OAB/SC 42.414)

Adelcio Machado dos Santos

Doutor em Engenharia e Gestão do conhecimento (UFSC). Pós-Doutor em Gestão do Conhecimento (UFSC)

RESUMO: Gradualmente são implementadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC normas internacionais convergidas a partir das IPSAS. Nesse contexto a pesquisa visa demonstrar os efeitos e situações enfrentadas por um município de pequeno porte na utilização da NBC TSP 14 - Custo de empréstimos, convergida da IPSAS 5 - *Borrowing costs*. Verificando-se quais foram as dificuldades enfrentadas, soluções implementadas e resultados alcançados, por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Identificou-se uma incapacidade de registro automatizado por meio do software, falhas na metodologia de apuração de resultados fiscais, alterações no resultado patrimonial, entre outros. Contribuindo, desse modo a pesquisa para compreensão de uso real da norma em um município de pequeno porte.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade Pública; IPSAS; NBC TSP; Custo de empréstimos.

ABSTRACT: Gradually are implemented by the Council Federal Accounting - CFC international rules converged from IPSAS. In this context the research aims to demonstrate the effects and situations faced by a small municipality in the use of NBC TSP 14 - Custos de empréstimos, converged from IPSAS 5 – Borrowing costs. Verifying which were the difficulties faced, implemented solutions and achieved results, through bibliographic and documental research. Identified an inability to automated register through the software, failures in the methodology for calculating fiscal results, changes in equity results, among others. Contributing to, thereby the research to understand the real use of the rules in a small municipality.

KEYWORDS: Public accounting; IPSAS; NBC TSP; Borrowing costs.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A partir de 2008, há no Brasil uma mudança de paradigma na Contabilidade Aplicada ao Setor Público - CASP, onde o país passou a adotar padrões contábeis baseados no regime de competência utilizados por diferentes países, e conforme conceitua Diniz, Silva, Santos e Martins (2015) a adoção desse padrão tem objetivo melhorar as informações, permitindo a comparabilidade e a instrumentalização do controle social dos recursos públicos, provoca também profundas mudanças na gestão, quer

no modo de gerir o patrimônio público, quer na forma de reconhecimento, mensuração e evidenciação de itens patrimoniais.

No entanto, o processo de convergência não passa sem percalços, com novas normas internacionais substituindo a normativa anteriormente vigente, ou em alguns casos preenchendo lacunas inexistentes, cenário onde Sasso e Varela (2020) citam dois grandes desafios a serem superados, o primeiro o que considerar nas demonstrações contábeis, serem aderentes a realidade das entidades e gerarem informações úteis e um segundo desafio temos fatores diversos como políticos e sociológicos. Além destas dificuldades Diniz *et. al* (2015) relembram que o início para sua adoção já foi prorrogado várias vezes por diversos motivos, das quais os autores destacam algumas razões do atraso a aderência a legislação, aspectos culturais dos profissionais envolvidos, envolvimento das instituições que regulam e controlam aspectos da contabilidade pública, tal como Tribunais de Contas e ainda dificuldades de implementação nos softwares de contabilidade pública.

Neste cenário e tendo o propósito de investigar a aplicação da Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público 14 - NBC TSP 14 - Custo de empréstimos a qual foi convergida da *International Public Sector Accounting Standard 5 - IPSAS 5 - Borrowing costs* em um município de pequeno porte, este estudo demonstra os efeitos práticos da aplicação da norma contábil no município de Luzerna, Estado de Santa Catarina, por meio de observação dos efeitos envolvidos.

O artigo objetiva responder às seguintes questões: quais os efeitos da utilização da NBC TSP 14 - Custos de empréstimos? Quais os problemas enfrentados pelo Município na sua implementação em um ativo qualificável? Quais as soluções que foram empenhadas para resolução destes problemas?

A relevância da pesquisa advém de que, na maioria dos casos em que era possível a avaliação alternativa, entre a norma contábil nacional e a internacional, era praticada a norma local (KVAAL e NOBES (2010, apud Freire, et al 2012). Nesta seara, objetiva ainda contribuir para demonstrar a utilização da norma em um ambiente real, visando conhecer os efeitos positivos e negativos da utilização em campo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O Conselho Federal de Contabilidade (2016), descreve na Estrutura Conceitual que o objetivo principal da maioria das entidades do setor público é prestar serviços à sociedade, em vez de obter lucros e gerar retorno financeiro aos investidores, dessa forma, os resultados apurados sejam da situação patrimonial, de desempenho ou dos fluxos de caixa, devem ser observadas a luz desse objetivo e diante de tais circunstâncias apresentamos a seguir os principais aspectos envolvidos no presente estudo.

A norma aqui discutida “Custos de empréstimos” na contabilidade aplicada ao setor público possui uma “equivalente” na contabilidade privada (CPC 20/IAS 23). A qual quando

estudada por Tavares (2018) conceituou custo de empréstimos como os juros e outros custos que a entidade auferir ao contratar empréstimos de recursos, já a definição de ativo qualificável é de um bem que, necessariamente, leva um período substancial para ser concluído e ficar pronto para seu uso.

PROCESSO DE CONVERGÊNCIA E A NBC TSP 14

As normas internacionais - IPSAS são emitidas pelo *International Public Sector Accounting Standards Board* - IPSASB e constituem em um dos padrões contábeis baseados no regime de competência utilizados por diferentes países, dentre eles o Brasil, que passou à adotá-las a partir de 2008, e conforme explana Sasso e Varela (2020) em nosso território foi adotada a estratégia de gradualismo na implementação, uma vez que a realidade dos entes federados é bastante diversa e o novo padrão gera demandas por investimentos, capacidade técnica e tecnológica, apoio da gestão e interação com outras áreas de governo.

Neste processo a IPSAS 5 - *Borrowing costs* publicada em maio de 2000, foi convergida para a NBC TSP 14 - Custo de empréstimos, em outubro de 2018, entrando em vigor em 1º de janeiro de 2019, merecendo destaque que o processo de convergência não se trata de apenas uma mera tradução, mas sim de um estudo aplicável a legislação e a realidade brasileira, já que como assevera Freire, Machado, Machado, Souza e Oliveira (2012) nem todo processo de convergência é infalível, em face da existência de peculiaridades entre os países participantes do processo.

CUSTO DE EMPRÉSTIMOS

De acordo com o Banco Central do Brasil (2020), empréstimo é um negócio celebrado entre um cliente e uma instituição financeira, na qual as partes celebram um contrato firmado onde o primeiro toma recurso emprestado do banco, sem uma destinação específica, e pode ser usado como preferir, o qual devolverá essa mesma quantia acrescida de juros e encargos, calculados dentro do prazo de pagamento.

Já os custos de empréstimos, segundo a NBC TSP 14 são os juros e outros custos que a entidade incorre relacionados com o empréstimo de recursos, dos quais podem incluir:

6. Os custos de empréstimos podem incluir:
 - (a) juros de empréstimos obtidos de curto e longo prazos e de saldo bancário negativo;
 - (b) amortização de descontos ou prêmios relacionados com empréstimos obtidos;
 - (c) amortização de custos adicionais relacionados com empréstimos obtidos;
 - (d) encargos financeiros relativos a arrendamentos mercantis financeiros e

contratos de concessão de serviços públicos; e

(e) variações cambiais decorrentes de empréstimos em moeda estrangeira, na extensão em que elas sejam consideradas como ajuste do custo dos juros.

Da leitura da norma, conclui-se que custos de empréstimos compreende todos os valores que a entidade irá pagar pelo uso de recursos do terceiro.

ATIVO QUALIFICÁVEL

A definição da norma contábil (CFC, 2018) para ativo qualificável é a de um ativo que, necessariamente, leva um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, sendo exemplos os edifícios, os ativos de infraestrutura, como rodovias, pontes, usinas de geração de energia elétrica e ainda os estoques que exijam um considerável período para alcançarem a condição de estarem prontos para uso ou venda.

A norma também esclarece que os investimentos e ativos que são produzidos repetidamente durante curto período não são ativos qualificáveis, bem como aqueles que já estão prontos para uso ou venda.

Desse modo, uma vez que os ativos qualificáveis, terão os custos de empréstimos adicionados ao seu valor no ativo, e não em despesas patrimoniais, isso impactará os demonstrativos visto que no ano de utilização da norma, teremos uma menor variação patrimonial diminutiva em comparação com aqueles que não utilizam, e por esse valor estar registrado no ativo, esse por consequência será maior.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada para realização do presente artigo esteve baseada na pesquisa bibliográfica e na pesquisa documental, isto é, no estudo bibliográfico e na análise de dados em um município de pequeno porte quando da adoção dos preceitos instituídos da NBC TSP 14.

A pesquisa bibliográfica é aquela desenvolvida com base em material bibliográfico já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. (GIL, 2002).

Outra metodologia utilizada no presente artigo foi a pesquisa documental que se vale de materiais que não receberam, ainda, um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa, são os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas (Gil, 2002).

Neste norte, utilizou-se a coleta de dados do município de Luzerna/SC, nos exercícios de 2020 e 2021 (até abril), dados coletados diretamente do sistema informatizado utilizado pelo Município, do portal da transparência, do site municipal e do diário oficial dos municípios, além de dados coletados diretamente com os contadores do Poder Executivo.

A abordagem ao problema de pesquisa foi qualitativa, pois envolve as percepções dos autores a respeito do processo contábil-patrimonial para o IPSAS 5 - *Borrowing costs*,

convergida na NBC TSP 14 - Custo de empréstimos e não está fundamentada na aplicação de técnicas matemáticas ou estatísticas para a coleta e análise dos dados.

IDENTIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO, DO ATIVO QUALIFICÁVEL E DA OPERAÇÃO DE CRÉDITO

O Município de Luzerna, escolhido por informar em suas notas explicativas das demonstrações de 2020 o uso desta norma, encontra-se na região histórica do Contestado, distante 400 km da capital Florianópolis, sendo fundado em 1915, emancipado politicamente em 1995 e possuindo cinco mil e seiscientos habitantes (IBGE, 2010), tendo três contadores, dois deles no Poder Executivo e um no Poder Legislativo.

Luzerna é ainda membro da Associação de Municípios do Meio Oeste Catarinense - AMMOC, na qual Piccoli e Klann (2015) pesquisaram junto aos municípios integrantes, sobre a percepção dos contadores da região em relação a convergência das normas contábeis, e sobre o estudo por eles apresentados identificamos que os profissionais da região se dividem em relação ao domínio amplo das novas normas, mas que uma parcela significativa dos entrevistados já relatava discordância na capacidade de atendimento dos sistemas de contabilidade frente as novas normas.

Anel viário Walmor Silvestre Dresch

Em 2019 na Câmara de Vereadores, na discussão dos projetos de lei para a contratação de operação de crédito o então Prefeito, Sr. Moisés Diersmann, incutiu que o anel viário é uma interligação entre as duas SCs, o qual retiraria o trânsito pesado da área central do município, além de dotar de infraestrutura a área industrial e o loteamento Serenata, promovendo a mobilidade, acessibilidade e o desenvolvimento econômico do município. A operação de crédito, está inicialmente foi aprovada pela Lei Municipal n.º 1636/2019, substituída posteriormente pela Lei n.º 1667/2019, a qual foi alterada pela Lei n.º 1679/2019, na qual se observa-se que os orçamentos anuais deverão possuir dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais relativos ao contrato de financiamento.

Já o contrato de financiamento n.º 2623.0542571-86/2020, no valor de R\$ 5 milhões ainda que preveja que a amortização se iniciará somente após doze meses da contratação, pactuou que os juros e taxas incidentes deverão ser pagos mensalmente a partir do mês seguinte a primeira liberação.

Por sua vez, a obra de pavimentação do anel viário teve a seleção do fornecedor pela concorrência pública n.º 001/2020 - PML, que é o instrumento adequado para seleção do fornecedor, o qual após a seleção é formaliza um contrato administrativo, na qual conforme cronograma anexo ao certame licitatório prévia que a obra teria um prazo de construção de dez meses.

Diante dos instrumentos contrato de financiamento e contrato administrativo, resta

caracterizado um ativo qualificável, com desembolso de custos de empréstimos durante sua construção.

Utilização da NBC TSP 14 em Luzerna/SC

A seguir passa-se a relatar os fatos que ocorreram na utilização da NBC TSP 14 - Custos de empréstimos no Município de Luzerna, bem como a motivação destes, apresentados na ordem em que os fatos foram observados pela Contabilidade Municipal.

DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

Conforme dispõe a Lei 4.320/1964, para o pagamento dos juros e encargos é necessário o empenhamento da despesa orçamentária, dessa forma recorreu-se ao Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP (2018), a fim de identificar corretamente a classificação da despesa, tendo como a primeira etapa identificar a categoria econômica, a qual possui duas classificações possíveis:

3 - Despesas Correntes

Classificam-se nessa categoria todas as despesas que **não contribuem, diretamente**, para a formação ou aquisição de um bem de capital.

4 - Despesas de Capital

Classificam-se nessa categoria aquelas despesas que **contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.** (grifamos)

Já a NBC TSP 14 dispõe no item 18:

18. Os **custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de ativo qualificável devem ser capitalizados** como parte do custo desse ativo. O valor dos custos de empréstimos elegíveis para capitalização deve ser determinado de acordo com esta norma. (grifamos)

Da leitura dos dois documentos, conclui-se preliminarmente que estamos diante da classificação 4, parte-se assim, para a segunda etapa, a da classificação de despesa, o Grupo de Natureza da Despesa, da qual existem seis opções, conforme o MCASP (2018), pessoal e encargos sociais, juros e encargos da dívida, outras despesas correntes, investimentos, inversões financeiras e amortização da dívida, das quais se destacam:

2 - Juros e Encargos da Dívida

Despesas orçamentárias com o pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.

4 - Investimentos

Despesas orçamentárias com softwares e com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à

realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.

O encaixe da despesa de juros e encargos da dívida é claro quanto a codificação 2, o próprio nome da classificação já indica essa função, e combinado com a escolha anterior de categoria econômica, teríamos o código 4.2 (despesa de capital. juros e encargos da dívida), entretanto o MCASP (2018) disciplina ainda:

Observação:

As despesas orçamentárias de capital mantêm uma correlação com o registro de incorporação de ativo imobilizado, intangível ou investimento (no caso dos grupos de natureza da despesa 4 - investimentos e 5 - inversões financeiras) ou o registro de desincorporação de um passivo (no caso do grupo de despesa 6 - amortização da dívida).

Ante ao exposto, a combinação ora proposta 4.2, sob o ponto de vista do MCASP é teoricamente impossível de ser realizada, devendo-se optar por classificar essa despesa orçamentária em 3.2 ou ainda em 4.4. Entretanto os aspectos orçamentários não podem ser observados apenas sob a ótica do MCASP, eles também devem ser observados a luz do Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA.

Na legislação municipal o PPA (LUZERNA, 2017) determina que as despesas de juros e encargos sejam registradas na “Ação: 0.302 - Juros, encargos e amortização de dívidas”, já a LDO 2020 (LUZERNA, 2019) em seu artigo 10, §1º, II, esclarece que as despesas de juros e encargos da dívida devem ser registradas sob o Grupo de Natureza da Despesa - GND 2.

Deste modo, a legislação municipal encaminha para utilização da codificação 3.2, como única alternativa, passando-se aos demais itens da classificação da despesa, a saber conforme o MCASP (2018): modalidade de aplicação, elemento e detalhamento da despesa, a qual conforme codificação obrigatória a ser seguida pelo município, chegou-se as classificações da despesa: 3.3.90.22.01 e 3.3.90.21.01 para empenhar as despesas de juros e encargos da operação financeira.

Definido a classificação da despesa, providenciou-se a confecção dos empenhos sendo um ordinário (de valor definido) para o atendimento da cláusula 13.4 do contrato 2623.0542571-86/2020, e outro estimado (valor indefinido) para pagamento dos juros da operação de crédito.

Registra-se que os juros são calculados de forma estimada, devido ao descompasso que ocorre entre os cronogramas previstos e realizados de evolução da obra, que impacta na liberação de recursos, os quais são solicitados apenas após a efetiva medição da obra, e por consequência impactam no montante de saldo devedor, e sobre este, que é calculado o valor mensal a ser pago a instituição financeira.

DA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E RECONHECIMENTO DO TRATAMENTO ALTERNATIVO

Ao estudar a liquidação da despesa pública Lopes (2010) esclarece que nos termos do art. 63 da Lei 4.320/1964, a liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, desse modo é nessa fase que é reconhecido o valor exato a pagar-se a instituição financeira, criando-se a efetivação da obrigação a pagar.

Em uma situação usual o reconhecimento efetivo do valor a pagar de juros e encargos, o passivo seria reconhecido em contrapartida a uma conta de despesa, ou como é usualmente reconhecida uma Variação Patrimonial Diminutiva - VPD, mas de acordo com a NBC TSP 14, o tratamento diferenciado adotado pelo Município:

19. De acordo com o tratamento alternativo permitido, os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo devem ser incluídos no custo desse ativo. Esses custos de empréstimos são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que deles resultem benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços para a entidade e que esses custos possam ser mensurados confiavelmente. Outros custos de empréstimos devem ser reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Sendo o custo do empréstimo diretamente atribuível a aquisição e mensurado precisamente, ele deve ser reconhecido no custo do ativo por meio do seguinte lançamento contábil a débito na conta 1.2.3.2.1.06.01 - Obras em andamento e crédito na 2.1.2.5.1.02.00 - Juros de contratos - empréstimos internos.

A complexidade e o volume de lançamentos, bem como o controle de saldos de cada conta contábil, por meio de elaboração de livro razão, livro diário é tamanha que não se pode atualmente imaginar a Contabilidade sem que esta seja executada por meio de um software de informática, o qual deve estar alinhado às normas utilizadas.

Nesse ensejo ao discutir o nível de aderência dos sistemas de informática as normas contábeis no estado do Pará, Lima e Elias (2014) concluem que uma vez que novas normas estão sendo elaboradas, editadas e publicadas, as tecnologias utilizadas como ferramentas facilitadoras devem atender a essas mudanças de forma eficaz.

Por sua vez, os sistemas são parametrizados de diversas maneiras, sendo que para o caso em tela trata-se de um comando para que durante a liquidação da despesa orçamentária de juros e encargos, seja reconhecido o tratamento alternativo da norma internacional convergida. E no sistema utilizado pelo município, o comando é realizado em um cadastro específico para vincular o elemento da despesa à conta de VPD ou ativo conforme o caso.

Entretanto, mesmo com o cadastro realizado o sistema utilizado durante o exercício de 2020, possui uma segunda camada de regras, que impedem que uma despesa empenhada/liquidada sob a natureza de despesa 3.2.90 registre o tratamento alternativo, o

que fica evidenciando no chamado de suporte com a empresa:

cadastrei uma conta de ativo permanente para o elemento 3.2.90.22.01, contudo ao liquidar a despesa o sistema retorna o seguinte erro:

“Erro ocorrido no Betha Sapó, no dia 15/06/2020 às 18:39:34 hora(s), quando o usuário XXXXXXXX utilizava o sistema:

NÚMERO DO ERRO: dbp_validalancamentos - 0002

TIPO DO ERRO: Banco

DESCRIÇÃO: Para o cadastro de Liquidações (guia Liquidação): 2354 deve existir lançamento(s) na(s) conta(s) do subsistema P-Patrimonial.

(Chamado FCSC-172219 de 15/06/2020, adaptado BETHA SISTEMAS. 2020)

O chamado de suporte com a empresa de informática durou aproximadamente quatro dias, com a conclusão de que não havia como inserir uma rotina automática para registrar na liquidação da despesa uma conta do ativo, o tratamento alternativo da NBC TSP 14, mas que por meio de interação e ajuste manual seria possível realizar tal procedimento.

Dessa forma, a única alternativa durante o exercício de 2020, seria manualmente no momento de liquidar, alterar o evento/rotina contábil e inserir a conta contábil correspondente ao ativo.

Contudo para o exercício de 2021 houve a troca de software de informática pela municipalidade, sendo este o substituto fornecido pela mesma empresa de 2020, porém essa nova versão também não permitia o registro alternativo da norma contábil empregada, com um agravante, agora sequer era possível um ajuste manual durante o registro da liquidação, já que o novo sistema tinha uma rotina totalmente diferente para o tratamento contábil, conforme se evidencia no chamado aberto com a empresa parcialmente transcrito abaixo:

o Município utiliza a contabilização da NBC TSP 14 (custo de empréstimos), que em resumo dá um tratamento alternativo e no momento da liquidação da despesa de juros enquanto o ativo qualificável está sendo construído isso é reconhecido no ativo, não há geração de VPD.

No SAPO 2020, isso era ajustado no momento da liquidação.

No Cloud 2021, o juro já é reconhecido previamente, o que é outro problema, já que não há a devida apropriação por competência para empenhos estimativos (...)

O problema em si, é que esse lançamento reconhece o passivo contra uma VPD, em desacordo com a norma.

Diante disso solicito a correção/orientação para resolvermos o problema.

(Chamado FCSC-188893 de 25/02/2021, adaptado BETHA SISTEMAS. 2021)

Após os tramites de chamado de suporte, o retorno obtido foi “Melhorias compreendidas e registradas para implementação”, as quais ainda não foram implementadas.

Diante disso, o Município enfrenta para o exercício de 2021, uma situação complexa para a utilização do tratamento alternativo previsto pela norma, pois se em 2020, bastava uma intervenção manual para que os lançamentos fossem corretamente registrados, em 2021 isso sequer é possível, já que o software de informática não reconhece como uma possibilidade a utilização do tratamento alternativo permitido pela NBC TSP 14.

Frente que os procedimentos de contabilização da liquidação da despesa implicam outros, tal como o efetivo pagamento dos juros a instituição financeira, além de que a possibilidade de simplesmente nada registrar fere de morte os princípios contábeis, algum lançamento contábil deve ser realizado, e nesta seara restou ao Município apenas a possibilidade de utilizar o tratamento convencional (não o da NBC TSP 14) em 2021 e posteriormente por meio de lançamento contábil direto efetuar a transferência de saldos entre as contas de Variação Patrimonial Diminutiva - VPD e a conta de Ativo.

DOS EFEITOS DA UTILIZAÇÃO DO TRATAMENTO ALTERNATIVO NA APURAÇÃO DAS METAS FISCAIS

A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF determina que os entes federativos estipulem metas fiscais como objetivos a serem alcançados em suas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e dos valores definidos merecem especial destaque as metas de resultado primário e de resultado nominal.

A Secretaria do Tesouro Nacional - STN (2020) define que o resultado primário é obtido a partir do cotejo entre receitas e despesas orçamentárias de um dado período que impactam efetivamente a dívida estatal, podendo dessa forma o resultado primário ser entendido então, como o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública.

Para o resultado nominal a STN (2020) o Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF conceitua-o como a variação da dívida consolidada líquida - DLC em dado período, sendo essa forma de apuração a chamada metodologia abaixo da linha. Porém o resultado nominal também pode ser obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos), sendo esse último o conceito, a definição de apuração pela metodologia acima da linha.

As metas na LDO devem ser estipuladas e confrontadas com o realizado pela metodologia acima da linha, desse modo o cálculo do resultado nominal a ser alcançado é feito a partir da apuração inicial da apuração do resultado primário e depois a soma das receitas (variações patrimoniais aumentativas) e diminuição das despesas (variações patrimoniais diminutivas), ou seja, por contas patrimoniais.

Em estudos acadêmicos sobre a apuração patrimonial, merece destaque a pesquisa de Moreira (2020), que embora tenha debruçando-se sobre o resultado primário, ele concluiu que o cálculo por meio das contas contábeis de natureza patrimonial é possível, mas destacou que o cálculo depende de uniformidade e de estabilidade das características

qualitativas das informações financeiras para não esbarrar na falta de credibilidade.

Já na utilização do tratamento alternativo permitido pela NBC TSP 14 temos, um outro aspecto a considerar pois uma vez que conforme o item 19 da norma (transcrito na íntegra no subtítulo anterior) os custos de empréstimos são capitalizados, não há a geração de despesas (variação patrimonial diminutiva) e deste modo, não há captura de informações referente a essa movimentação, o que resulta em uma discrepância capturada na apuração abaixo da linha (variação no estoque da dívida), mas que não é capturada na apuração acima da linha, pela inexistência da geração de VPD.

As metodologias de apuração acima e abaixo da linha geram discrepâncias, o que já é reconhecido pelo MDF sendo necessários alguns ajustes na apresentação dos dados para demonstrar a compatibilidade. Estes ajustes esses que contam com quadro específico na apuração no abaixo da linha, porém no caso da utilização da NBC TSP 14, a apuração é capturada corretamente abaixo da linha, a discrepância ocorre na apuração acima da linha, onde não existe um espaço para ajuste metodológico.

Nessa situação em observância ao princípio da essência sobre a forma, o setor contabilidade do município de Luzerna (2021) optou por registrar um ajuste diretamente no quadro de apuração, conforme evidenciado nas notas explicativas do balanço patrimonial 2020:

Em relação ao mapeamento disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional, o município procedeu ajustes na apuração do resultado nominal acima da linha por meio de:

a) Inclusão do valor de 136.624,59 na linha “Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)” devido ao reconhecimento de juros e encargos da dívida não contabilizados como VPD (despesa patrimonial) por estarem sendo empregada a NBC TSP 14 - Custos de empréstimos.

b) Exclusão do valor de 3.559,00 na linha “Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)” devido por se tratar de atualização monetária de precatórios não integrantes da DC.

Registra-se que os demais valores apurados conforme o mapeamento da STN (2020) permaneceu inalterado, conforme mapeamento abaixo transcrito:

Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	Contas contábeis começada por (Lista): 44111, 44113, 44114, 44115, 44121, 44123, 44124, 44125, 44131, 44133, 44134, 44135, 44141, 44211, 44213, 44214, 44215, 44221, 4425202, 4431101, 4431199, 4431301, 4431401, 4431501, 4432101, 4433101, 4433199, 4433301, 4433401, 4433501, 4434101, 443910170, 443930170, 443930171, 44511, 44521
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	Contas contábeis começada por (Lista): 34111, 34113, 34114, 34115, 34121, 34131, 34133, 34134, 34135, 34141, 34181, 34183, 34184, 34185, 34191, 34211, 34213, 34214, 34215, 34221, 3431101, 3431301, 3431401, 3431501, 3432101, 3433101, 3433301, 3433401, 3433501, 3434101, 343910170, 343930170, 343930171, 34911, 34913, 34914, 34915

Quadro 1: Mapeamento dos juros nominais acima da linha

Fonte: Adaptado de Secretaria do Tesouro Nacional (2020)

Do mapeamento disponibilizado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, verifica-se que ela identifica busca apenas contas contábeis que se iniciam com 3 ou 4, ou seja, despesas e receitas patrimoniais respectivamente, ou ainda variações patrimoniais diminutivas e aumentativas.

Destaca-se que o necessário estabelecimento de metas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, a sua apuração e demonstração é tão importante quanto, e dessa forma caso o ajuste não fosse realizado, ainda que não previsto pela STN iria distorcer a realidade a ser apresentada pelo Município em seus relatórios, audiências públicas e prestação de contas.

EFETOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

Além do impacto direto na apuração do resultado nominal acima da linha, a qual possui uma meta de observância obrigatória pelos entes federativos, já discutida no subtítulo anterior, merece destaque a observação que devido a lógica empregada na classificação orçamentária da despesa não houve qualquer impacto nos demonstrativos que carregam essa informação, tal como o Balanço Orçamentário.

Entretanto o mesmo não pode ser dito dos demonstrativos que expõe o resultado ou a situação patrimonial do ente já que o montante de R\$ 136.624,59, ao invés de ser tratado como uma despesa patrimonial, foi incorporado no ativo, representando esse 0,32% do total do ativo. Apenas o valor propriamente da obra (R\$ 1.880.501,38) representa 4,36% do ativo total. Dessa obra incompleta em 31/12/2020 representava 4,68% de todos os ativos municipais.

Evidentemente que a situação patrimonial de um bem de infraestrutura deve ser analisada a luz do Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, que conforme as notas explicativas de Luzerna (2021) o município encontra-se em fase de preparação para adoção em 01/01/2024, situação que fica evidente quando comparado o balanço patrimonial que apresenta o valor de R\$ 4.209.861,91 para todos os bens de uso comum do povo (que engloba ruas e o anel viário) frente ao valor originalmente licitado da obra R\$ 4.798.879,75, conforme a concorrência pública n.º 001/2020 – PML (LUZERNA, 2020 e 2021).

Já quanto aos resultados, uma vez que esse valor não foi tratado como despesa patrimonial, ele não contribuiu para o resultado de 5.352.132,20 alcançado em 2020. Se não fosse a influência da norma seria de 5.215.507,61 (2,5% menor).

Desprende-se dos dados observados que no exercício de implantação da norma, ocorre um direcionamento dos valores, ou esse é direcionado para o ativo ou então é direcionado para o resultado. Quanto aos efeitos em outros exercícios, uma vez que a obra não está concluída, não foi possível visualizar outros efeitos que provavelmente terão impactos, como a depreciação, os quais poderão ser observados ao longo dos próximos

exercícios, sejam pela divulgação de informações pelo Município em demonstrações contábeis, sejam por pesquisas futuras.

DA PARALIZAÇÃO E CONCLUSÃO DA OBRA

A execução de pavimentação asfáltica, drenagem e sinalização na Estrada Municipal (Anel Viário), teve uma diminuição de ritmo a partir de meados de novembro de 2020, com paralisação total em janeiro de 2021, devido aos fiscais da obra do município, visualizarem possíveis irregularidades na base da via pública em construção, sendo assim foram enviadas para análise laboratorial amostras de solo, as quais desencadearam uma série de eventos, novos laudos, contraprovas, reuniões, estudos da legislação, pareceres), que levaram aproximadamente cinco meses, o que além de estender o prazo de conclusão da obra, diminuiu a trafegabilidade de uma via com grande fluxo de veículos pesados.

Mesmo utilizando-se de todo o arcabouço jurídico e negociação, devido ao estado pandêmico que vivenciado de forma mundial, a morosidade imperou, culminando na paralisação, e como, bem assevera, Carvalho, Ramos, Pessoa Jr. e Moraes (2011) na contramão da demanda pública, as obras paralisadas, ou com ritmo de serviços muito lento, trazem custos desnecessários de execução, manutenção e reparo, agravam os transtornos que a sua execução traz à população local e postergam a utilização dos bens públicos, trazendo prejuízo aos usuários, a Administração Pública e a sociedade em geral.

Trazendo, os efeitos dessa paralisação da obra, a NBC TSP 14 prevê que em situações excepcionais a capitalização deve cessar:

34. A entidade deve suspender a capitalização dos custos de empréstimos durante períodos extensos nos quais as atividades de desenvolvimento do ativo qualificável são suspensas e deve reconhecê-los como despesa.

35. A entidade pode incorrer em custos de empréstimos durante um período extenso no qual as atividades necessárias para colocar o ativo em uso ou venda pretendidos são suspensas.

Esses custos são aqueles necessários para a manutenção de ativos parcialmente completos e não se qualificam para capitalização. Entretanto, a entidade normalmente não suspende a capitalização dos custos de empréstimos durante o período no qual substancial trabalho técnico e administrativo está sendo feito. A entidade também não suspende a capitalização de custos de empréstimos quando o atraso temporário é parte necessária do processo de concluir o ativo para seu uso ou venda pretendidos. Por exemplo, a capitalização continua durante o período em que o nível elevado das águas atrasar a construção de uma ponte, se esse nível for comum durante o período de construção naquela região geográfica envolvida.

Desse modo, os juros e encargos a partir da competência contábil de janeiro/2021, pagos no mês subsequente, não são mais capitalizados, visto que a obra se encontra paralisada até a coleta de dados da presente pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A utilização da norma internacional - IPSAS 5, convertida ao regramento brasileiro na NBC TSP 14, sobre Custos de empréstimos em municípios de pequeno porte é possível, no entanto, como em todo processo de transformação e adaptação, uma vez que estamos em pleno processo de convergência as normas internacionais, esse não ocorre sem dificuldades.

Uma das primeiras dificuldades observadas na pesquisa, foi a falta de preparo do sistema de informática, pois como conceitua Azevedo, Aquino, Neves e Silva (2020) implementar novas rotinas custa dinheiro, e novas políticas contábeis exigem mudanças ou novos modelos operacionais. Tal fato é agravado quando se trata de normas de uso facultativo, e no presente estudo identificou-se que duas versões do software contratado pelo município se mostraram incapazes de realizar os lançamentos contábeis que a norma exige, fato que se presente em outros sistemas provavelmente irá dissuadir futuros usuários de normas internacionais de tratamento alternativo.

Identificou-se também uma discussão quanto a classificação orçamentária da despesa frente a utilização de tratamentos alternativos patrimoniais, se estes poderiam espelhar no orçamento público, o mesmo efeito almejados no patrimônio. No caso em tela uma ativação do patrimônio a partir de execução de despesas correntes, questionando-se a classificação da despesa não deveria ser 4.2 (despesa de capital, juros e encargos da dívida), para categoria econômica e grupo de natureza da despesa respectivamente.

Já quanto da aferição dos resultados fiscais, em especial ao cálculo do resultado nominal acima da linha, o presente estudo identificou achados relevantes: uma deficiência na metodologia e no demonstrativo atualmente em vigor pelo Manual de Demonstrativos Fiscais (2020), visto que o anexo 06 do relatório resumido de execução orçamentária, o qual apura os resultados primário e nominal pelas diferentes metodologias (acima e abaixo da linha), prevê ajustes metodológicos apenas no resultado abaixo da linha, e no caso da utilização da NBC TSP 14, com o emprego da metodologia atual sempre ocorrerá uma discrepância no resultado acima da linha.

Neste caso, é imperativo que edições futuras do Manual de Demonstrativos Fiscal prevejam os ajustes necessários, seja por criação de um quadro específico ou ainda por recomendação de lançamento diretamente no demonstrativo (solução que foi utilizada pelo município), permitindo que o relatório demonstre adequadamente a situação fiscal do ente federativo. Relembra-se que as metas de resultados fiscais (primário e nominal) dispostas na Lei de Diretrizes Orçamentárias é uma exigência da Lei de Responsabilidade Fiscal. Tal meta deve ser perseguida pelo gestor público, e sua apuração deve corrigir qualquer tratamento patrimonial alternativo empregado pelo ente federativo.

As discussões nos campos orçamentário, fiscal e prático (pela utilização de softwares) foram relevantes durante a fase de utilização e coleta de dados, mas não se

pode passar despercebido os efeitos no patrimônio da entidade, destacando-se o fato que houve um incremento de 0,32% no ativo da entidade. Por consequência lógica o resultado do exercício da entidade foi maior, e ainda que o valor nominal seja relativamente baixo quando comparado a outros entes, o montante de 136.624,59, representou uma variação de aproximadamente 2,5% no valor final encontrado no demonstrativo de variações patrimoniais de 2020.

Quanto aos efeitos patrimoniais em outros exercícios esses ainda estão em curso, mas que poderão ser acompanhados para um melhor entendimento a longo prazo da utilização da norma internacional.

Portanto, respondendo à questão central do artigo, identificou que os demonstrativos patrimoniais do exercício de 2020 sofreram influência direta do uso da norma. Houve dificuldades em 2020 e impossibilidade em 2021 de registro adequado no software contábil. Questionamentos relevantes em relação a classificação da despesa orçamentária foram levantados. Identificou-se uma falha metodológica na apuração do resultado primário do MDF, sendo que são esperados efeitos nos próximos exercícios, frente ao incremento adicional no ativo da entidade.

Por fim, percebe-se que a Contabilidade Aplicada ao Setor Público que gradualmente incorpora novidades ao arcabouço normativo, não se adapta diretamente as novas normas, são necessários ajustes, sejam eles em demonstrativos já consolidados, adequações de sistemas, discussões de aspectos diversos para que se possa efetivamente atender ao todos os preceitos interdisciplinares envolvidos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Ricardo Rocha de; AQUINO, André Carlos Busanelli de; NEVES, Fabricio Ramos; SILVA, Cleia Maria da. **Deadlines and software: disentangling local government accounting reforms in Brazil. Public Money & Management, [S.L.]**, v. 40, n. 7, p. 509-518, 26 maio 2020. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09540962.2020.1766203>.

BETHA SISTEMAS. **Chamados de suporte:** FCSC-172219. Criciúma.SC. Disponível em <https://atendimento.betha.com.br/servicedesk/customer/user/requests?status=open>. Acesso em 10 abr. 2021

BETHA SISTEMAS. **Chamados de suporte:** FCSC-188893. Criciúma.SC. Disponível em <https://atendimento.betha.com.br/servicedesk/customer/user/requests?status=open>. Acesso em 10 abr. 2021

BRASIL. **Lei n. 4.320 de 17 de março de 1964:** Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 23 mar. 2021.

_____. **Lei Complementar n. 101 de 4 de maio de 2000:** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 mai. 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm>. Acesso em: 23 mar 2021.

_____. Banco Central do Brasil. **Perguntas e respostas:** empréstimo, financiamento e arrendamento mercantil (leasing). Empréstimo, financiamento e arrendamento mercantil (leasing). 2021. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/acesoinformacao/perguntasfrequentes-respostas/faq_emprestimosfinanciamentos. Acesso em: 26 abr. 2021.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.** 8. ed. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2018. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2019/26>. Acesso em: 15 dez. 2020.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF.** 11. ed. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2020. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf/2020/26?page_p=1. Acesso em: 15 dez. 2020.

_____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF: Mapeamento RREO.** 11. ed. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2020. Disponível em: https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-demonstrativos-fiscais-mdf/2020/26?page_p=1. Acesso em: 15 dez. 2020.

CARVALHO, Adriana Lúcia Preza Borges de, RAMOS, André Luiz Souza, PESSOA JR, Elci. MORAES, Heloisa Auxiliadora Boaventura de Moraes. **Procedimentos para auditoria em obras paralisadas.** XIV Simpósio Nacional de Auditoria de Obras Públicas. Cuiabá. MT. 2011. Disponível em http://www.ibraop.org.br/acervo/XIV_sinaop/docs/AndreRamos.pdf. Acesso em 07 abr. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual.** Brasília. DF. 2016. Disponível em: <http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2020

_____. **Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TSP 14 - Custo de Empréstimos.** Brasília. DF. 2018. Disponível em https://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2018/NBCTSP14&arquivo=NBCTSP14.doc. Acesso em 10 jan. 2021.

DINIZ, Josediton Alves; SILVA, Suzany Ferreira Silvestre da; SANTOS, Leandro da Costa; MARTINS, Vinícius Gomes. **Vantagens da Implantação das IPSAS na Contabilidade Pública Brasileira:** análise da percepção dos membros do GTCON. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (Repec), [S.L.], v. 9, n. 3, 30 set. 2015. ABRACICON: Academia Brasileira de Ciências Contabeis. <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v9i3.1226>.

FREIRE, Mac Daves de Moraes; MACHADO, Michele Rílany Rodrigues; MACHADO, Lúcio Souza; SOUZA, Emerson Santana; OLIVEIRA, Johnny Jorge de. **Aderência às normas internacionais de contabilidade pelas empresas brasileiras.** Revista de Contabilidade e Organizações, [S.L.], v. 6, n. 15, p. 3-22, 27 set. 2012. Universidade de São Paulo, Agência USP de Gestão da Informação Acadêmica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/rco.v6i15.52654>.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades:** Luzerna/SC. Brasília. DF. 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/luzerna/panorama>. Acesso em: 19 mar. 2021.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. **IPSAS 5 - Borrowing costs**. 2000. Londres. Reino Unido. Disponível em <https://www.ifac.org/system/files/publications/files/ipsas-5-borrowing-costs.pdf>. Acesso em 15 jan. 2021.

LIMA, L.; MARCIA ELIAS, Leila. **Los sistemas de información gerenciales contables como instrumentos de gobernanza en el sector público**. GIGAPP Estudios Working Papers, v. 5, n. 83-90, p. 204-223, 1 fev. 2021.

LOPES, Fabiano Ferreira. **Proposta de instrumento de controle para entidades públicas municipais**: um estudo voltado à liquidação das despesas públicas. 2010. 120 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza-CE, 2010. <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/30522>

LUZERNA/SC. **Lei Municipal nº 1.536 de 05 de setembro de 2017**: Dispõe sobre o plano plurianual do município para o quadriênio 2018/2021. Diário oficial dos Municípios, Luzerna, SC, 6 set 2017. Disponível em: <http://leismunicipa.is/mkvsj>. Acesso em 07 mai 2020.

_____. **Lei Municipal nº 1.671 de 17 de setembro de 2019**: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2020 - LDO 2020 e dá outras providências. Diário oficial dos Municípios, Luzerna, SC, 18 set 2019. Disponível em: <http://leismunicipa.is/xatrn>. Acesso em 07 mai. 2020.

_____. **Lei Municipal nº 1.679 de 22 de outubro de 2019**: Dá nova redação ao art. 2º da Lei nº 1667 de 27 de agosto de 2019 que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com Caixa Econômica Federal e dá outras providências. Diário oficial dos Municípios, Luzerna, SC, 23 out 2019. Disponível em: <http://leismunicipa.is/exptb>. Acesso em 07 mai. 2020.

_____. **Concorrência Pública nº 001/2020 - PML**. 2020. Disponível em: <https://www.luzerna.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/54051/codLicitacao/158530>. Acesso em: 03 abr. 2021.

_____. Contrato nº 2623.0542571-86/2020: Contrato de financiamento à infraestrutura e ao saneamento - FINISA - apoio financeiro para despesa de capital. **Diário Oficial dos Municípios**. Florianópolis, p. 2150-2184. 15 jun. 2020.

_____. **Notas explicativas das demonstrações contábeis do Município de Luzerna**. 2021. Disponível em: https://static.fecam.net.br/uploads/701/arquivos/2059754_Notas_explicativas_2020.pdf. Acesso em: 7 abr. 2021.

_____. Câmara de vereadores. **Ata da 28ª Sessão Ordinária de 2019**. 2019. Disponível em: https://www.cameraluzerna.sc.gov.br/camara/atas/sessao_ordinaria/2019/1/0/22406. Acesso em: 03 abr. 2021.

MOREIRA, Francisco Wayne. **Formação do resultado primário sob a ótica orçamentária e patrimonial**. 2020. 72 f., il. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

PICCOLI, Marcio Roberto, e KLANN, Roberto Carlos. **A Percepção dos Contadores Públicos em Relação às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCASP**. Revista do Serviço Público, [S. l.], v. 66, n. 3, p. 425 - 448, 2015. DOI: 10.21874/rsp.v66i3.410.

SASSO, Maiara; VARELA, Patrícia Siqueira. **Doze anos de convergência das normas brasileiras às IPSAS: Avanços e limites das pesquisas.** Revista Fipecafi de Contabilidade, Controladoria e Finanças: Contabilidade Governamental e Terceiro Setor, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 78-102, 29 jul. 2020. Disponível em: <http://ojs.fipecafi.org/index.php/RevFipecafiCCF/article/view/10>. Acesso em: 10 jan. 2021.

TAVARES, Gabriel. **CPC 20/IAS 23- Custos de empréstimo e seu impacto no resultado financeiro.** 2018. Disponível em: <<https://www.blbbrasil.com.br/blog/cpc-20-custos-emprestimos/>>. Acesso em: 20 abr. 2021.

ESTUDO DE CASO SOBRE O CÁLCULO DO VALOR AGREGADO COM USO DO AVANÇO FÍSICO PLANEJADO DE PROJETOS

Data de aceite: 04/07/2022

Isaias Gentil Filho

Coordenador de Monitoramento e Resultados
<http://lattes.cnpq.br/1631383308925123>
<https://orcid.org/0000-0003-3336-3601>

RESUMO: A área de conhecimento de custos é um dos pilares do gerenciamento de projetos, sendo seu processo de controle fundamental para o sucesso de um empreendimento, tendo a metodologia de Gerenciamento de Valor Agregado (GVA) como uma das técnicas mais importantes para gestão de custo dos projetos. O Valor Agregado (VA) é o principal indicador e variável da técnica GVA, que visa viabilizar a compreensão integrada da correlação entre custo e avanço físico dos projetos, sendo objetivo deste artigo a investigação de como calcular o VA, contemplando o avanço físico planejado (AF_p) como uma das variáveis do cálculo. A metodologia da pesquisa foi o estudo de caso único de uma empresa de petróleo do Brasil, especificamente sobre o cálculo do VA de um projeto básico de uma plataforma de petróleo no Brasil controlado em 2018 e 2019, que tinha como escopo a entrega de documentações técnicas de engenharia. Os dados coletados foram obtidos por meio do SAP da empresa, sendo ajustados por questão de confidencialidade empresarial. Neste trabalho ficou evidenciada a necessidade da alternativa para o cálculo do VA com uso do AF_p como uma das variáveis. O método empregado contribui para o gerenciamento

de custos dos projetos, uma vez que o cálculo correto do VA propicia resultado assertivo para tomada de decisões dos gerentes dos projetos.

PALAVRAS-CHAVE: Custo, Projeto, Valor Agregado, Avanço Físico.

ABSTRACT: The cost knowledge area is one of the pillars of project management, and its control process is fundamental to the success of an enterprise, with the Earned Value Management (EVM) methodology as one of the most important techniques for cost management of projects. The Earned Value (EV) is the main indicator and variable of the GVA technique, which aims to enable an integrated understanding of the correlation between cost and physical progress of projects, the objective of this article, is to investigate how to calculate the VA, considering the Planned Physical Progress (PP_p) as one of the calculation variables. The research methodology was the unique case study of a Brazilian oil company, specifically on the calculation of the EV of a basic project for an oil platform in Brazil in 2018 and 2019, which had as its scope the delivery of technical documentation of engineering. The collected data were obtained through the company's SAP, being adjusted for business confidentiality. In this work, the need for an alternative for the calculation of VA using PP_p as one of the variables was evidenced. The method employed contributes to project cost management, since the correct calculation of the VA provides an assertive result for decision-making by the project managers.

KEYWORDS: Cost, Project, Value Earned, Physical Progress.

1 | INTRODUÇÃO

O Gerenciamento de Valor Agregado (GVA) é uma metodologia de controle de projetos originada no Departamento de Defesa dos EUA (Colin, Martens, Vanhoucke, & Wauters, 2015). O Departamento de Defesa dos EUA divulga em 1967 sua primeira lista oficial de “Critérios de sistemas de controle de custos / cronogramas” estabelecendo o início formal da análise de valor agregado, que segundo o referido Departamento representava a melhor chance de a gerência medir o progresso de um projeto de maneira integrada. De acordo com Cleland & Ireland (2007) o GVA foi difundido no Brasil a partir do século XXI.

Cioffi (2006) observa que a análise do valor agregado deu início a uma mudança de paradigma no gerenciamento de projetos implicando na não aceitação de exibições separadas de orçamento ou cronograma. O autor enfatizou que o progresso real de qualquer projeto não mudou, entretanto, as técnicas de medição foram alteradas devido a esta nova perspectiva.

O Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos (*Guide to the Project Management Body of Knowledge - PMBOK®*) desenvolvido pelo *Project Management Institute* (PMI, 2017) que apresenta as melhores práticas abordadas em gerenciamento de projetos, orienta que o Valor agregado (VA) é a principal variável dos indicadores que compõem a técnica do GVA e propicia aos gerentes de projetos informações para tomada de decisão visando o cumprimento dos custos e prazos planejados.

A literatura apresenta de modo geral que o VA deve ser calculado por meio da razão entre o Custo Planejado (CP) e Avanço Físico realizado (AF_R), remetendo ao objetivo deste artigo que é investigar se este cálculo pode ser realizado para qualquer tipo de controle de projetos, tendo a empresa de petróleo do Brasil como a organização escolhida, pelos processos estruturados de gestão de projetos nesta empresa. A pesquisa se justifica por trazer um ponto pouco discutido na literatura de gerenciamento de projetos, sendo relevante por apresentar alternativa cientificamente comprovada para o cálculo do VA com uso do Avanço Físico Planejado (AF_P).

Este artigo está estruturado em cinco itens principais em sequência: Introdução; Fundamentação Teórica; Procedimentos Metodológicos; Resultados e Discussões e Considerações Finais com a Conclusões do artigo.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Gerenciamento do valor agregado

Cioffi (2006), Acebes, Pajares, Galán e Paredes (2014) e Zohoori, Verbraeck, Bagherpour & Khakdaman (2019) indicam que o Gerenciamento do Valor Agregado (GVA) é uma metodologia de gerenciamento de projetos amplamente usada para controle de projetos, integrando três elementos críticos para controle: escopo, tempo e custos sob a

mesma estrutura, “usando o custo como a troca comum”.

O GVA se mostra como uma técnica necessária para o controle de custos de um projeto, levando-se em conta que essencial para um projeto bem-sucedido que o custo em qualquer data limite não excede o custo estimado para essa data, levando-se em consideração a entrega no prazo e dentro do orçamento ao cliente. (Zohoori et al., 2019). Mendes, Valle & Fabra (2014) entendem que o GVA é uma técnica comparativa da performance do projeto com o que foi planejado.

Colin et al. (2015) explicam que o GVA registra o progresso de atividades individuais a um nível mais alto da estrutura de divisão de trabalho (Estrutura Analítica do Projeto – EAP, do inglês *Work Breakdown Structure -WBS*) e fornece ao gerente do projeto uma indicação da saúde geral do projeto.

Mishakovaa, Vakhrushkinaa, Murgula e Sazonova (2016) deduzem que o uso do método GVA pode propiciar a avaliação com precisão do projeto na data da sua implementação comparada com o plano inicial.

O PMI (2017) considera o GVA como o método empregado para controle de custos de projetos com a verificação de variações e tendências de um projeto, composto por uma cesta de indicadores.

O GVA direciona o uso do custo do trabalho planejado acumulado (CP), tendo como premissa que acumular custos diretos consistentes com a forma como o trabalho relacionado foi planejado e orçado facilita a comparação entre o custo do trabalho realizado (CR) e o custo orçado do trabalho realizado (VA) para análise de desempenho e variações dos projetos. (ANSI, 2018).

2.2 Conceito do valor agregado em projetos

Vários autores conceituam o VA como o custo orçado do trabalho realizado, do inglês *Budgeted Cost Of Work Performed – BCWP*, entre eles: Cioffi (2006); ST-Martin & Fannon (2010); Barcaui (2012); Meredith & Mantel (2013); Garza & Hernández (2014); PMI (2017); ANSI (2018) e Vargas (2018).

Segundo Pressman (2001), o VA é uma medida de progresso e cada tarefa recebe um VA com base em sua porcentagem estimada do total, conceito ratificado por Zohoori et al. (2019), que explicaram que o VA é o valor orçado para a execução do trabalho realizado em um determinado momento. Garza & Hernández (2017) observam o VA como o valor de retorno ou o andamento do projeto, que deve estar próximo do custo planejado (CP) do projeto.

O VA em projetos é a medida do trabalho executado expressa em termos do orçamento autorizado para tal trabalho (PMI, 2017).

2.3 Objetivo do valor agregado em projetos

O VA objetiva indicar o quanto o avanço físico realizado custou para o projeto,

considerando-se o custo orçado, ou seja, se o projeto está gastando dentro do previsto para ser concretizado. Pode-se considerar que o VA é um indicador que sozinho expressa o quanto o avanço físico custou para o projeto, fornecendo ao gerente uma indicação da saúde geral do projeto (Colin & Vanhoucke, 2015).

O VA oferta uma imagem mais completa das razões e consequências do excesso de gastos, custos insuficientes e problemas como entrega antecipada e tardia. (Bryde, Unterhitzenberger & Joby, 2017)

Vale destacar que o resultado do VA pode ser usado também como variável de outros indicadores da técnica GVA, cujo propósito é aferir o desempenho do projeto em relação ao que foi efetivamente gasto para entrega obtida (Fleming & Koppelman, 1999).

2.4 Cálculo do valor agregado

Acebes et al. (2014) avaliam a necessidade da medição do custo das tarefas que foram concluídas em qualquer instante intermediário do projeto, que é um requisito para a determinação do Valor Agregado (VA). De acordo com Vargas (2018), não há um método de medição do VA que possa atender todos os tipos de trabalho.

Fleming & Koppelman (1999), Mendes et. al (2014) e Vargas (2018), prescrevem algumas técnicas de medição do VA:

- a) Fórmula Fixa: divisão do projeto em duas partes, tendo como base as proporções entre as partes 25/75, 50/50, 75/25 ou 0/100, que são percentuais de conclusão do início e fim de uma tarefa, o valor agregado será encontrado multiplicando o percentual da entrega pelo custo total planejado.
- b) Marcos com Valores Ponderados: atribuição de percentual (entre 0 e 100%) para cada marco realizado. A soma dos custos calculados dos marcos atingidos será o valor agregado.
- c) Percentual Completo: atribuição de percentual completo de avanço de grandes entregas do projeto (entre 0 e 100%) a cada ciclo de controle.
- d) Unidades Equivalente: atribuição de percentual completo da tarefa nas medições realizadas de elementos individuais básicos do projeto.

Para Vargas (2018), os modelos mais utilizados são o de percentual completo devido à facilidade de adoção (apesar da subjetividade) e, o modelo de unidades equivalentes, empregado em projetos que envolvem atividades repetitivas contabilizadas através de seu custo unitário.

2.4.1 Variáveis para o Cálculo do Valor Agregado

Apesar de o VA ser um indicador de custo de projeto, a principal variável utilizada no seu cálculo é o indicador de controle de escopo e tempo de um projeto: o percentual de avanço físico. Meredith & Mantel (2103) avisam que não é sensato fazer uma estimativa

completa de percentual sem estudo cuidadoso e que existem várias condições para estimar o percentual de avanço físico, como por exemplo o conhecimento de todos os requisitos do processo; conhecimento dos projetistas de como metrificar os processos; adequação à necessidade do cliente, entre outras.

O apêndice deste artigo apresenta citações de autores pesquisados sobre as variáveis utilizadas para o cálculo do VA, onde pode-se observar que todas as indicações acadêmicas envolvem direta ou indiretamente a relação entre as variáveis Custo Planejado (CP) e Avanço Físico Realizado (AF_R) para o cálculo do VA, podendo-se inferir a fórmula básica:

VA = Custo Planejado para a atividade (CP) x Percentual de trabalho concluído da atividade (AF_R)

Outro ponto importante é que as recomendações acadêmicas direcionam para o cálculo do VA para tarefas, atividades ou entregas do projeto e não para um projeto gerenciado como um todo.

Vargas (2018) alerta para a necessidade de escolher corretamente como medir o VA do projeto pois, a complexidade no gerenciamento de dados e sua dificuldade de adoção podem acabar inviabilizando o acompanhamento do projeto.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este artigo é alicerçado pelo estudo de caso único, por buscar o “como” o VA pode ser calculado, sendo empírica com intuito de investigar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto de vida real, observando-se que as “fronteiras entre fenômeno e contexto não são claramente evidentes”. (Yin, 2005).

A base de dados será de um projeto de entregas de documentação técnica de engenharia realizado em uma empresa de petróleo situada no Rio de Janeiro, denominado neste artigo como Projeto A. O escritório de projetos desta empresa, realizou o controle de custos deste projeto com base no GVA para acompanhamento do desempenho físico e financeiro do projeto como um todo.

As etapas descritas na figura 01 descrevem a metodologia adotada.

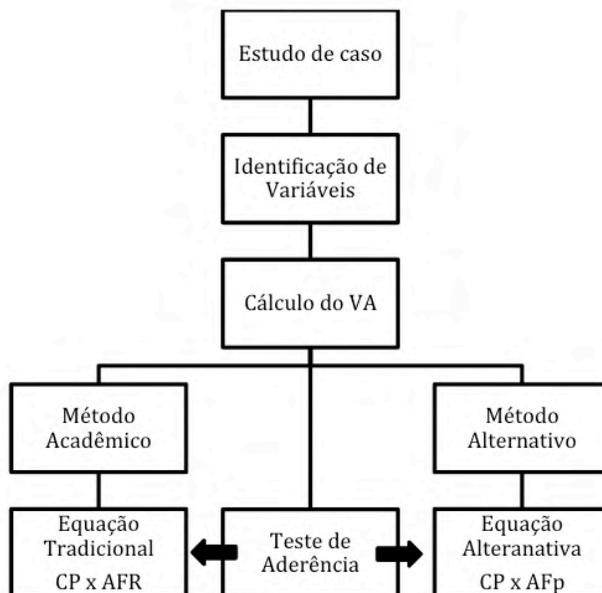


Figura 01 – Etapas para o cálculo do VA

Fonte: desenvolvido pelos autores (2020)

Esta figura demonstra os itens que serão abordados na análise e discussão dos resultados deste artigo.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Estudo de caso: Cálculo do VA do projeto A

De uma maneira geral, todos os projetos da companhia de energia pesquisada são gerenciados seguindo a metodologia de Percentual Completo com controle integrado do PMO, tendo em vista a complexidade e tamanho dos projetos gerenciados nesta empresa.

4.2 Identificação das variáveis para o cálculo do VA

O projeto A pesquisado foi controlado conforme Tabela 01. Por questão de confidencialidade empresarial, os custos do projeto estudado foram minimizados em casas decimais do montante real e não são informadas as unidades monetárias utilizadas.

Período	Custo Acumulado		Avanço Físico Acumulado	
	Planejado (CP)	Realizado (CR)	Planejado (AF _p)	Realizado (AF _r)
mar/19	\$1.000	\$900	0%	0%
abr/19	\$2.500	\$1.850	0%	0%
mai/19	\$5.000	\$3.350	0%	1%
jun/19	\$7.000	\$4.350	2%	4%
jul/19	\$10.500	\$6.850	3%	6%
ago/19	\$13.500	\$10.350	8%	12%
set/19	\$16.000		16%	
out/19	\$20.500		31%	
nov/19	\$21.700		47%	
dez/19	\$26.500		81%	
jan/20	\$28.500		96%	
fev/20	\$30.000		100%	

Tabela 01 – Dados de planejamento e realização de avanço físico-financeiro do projeto

Fonte: Empresa de Energia (dados extraídos do sistema SAP em 2019)

A pesquisa foi realizada no setembro/2019. Observa-se que o início foi utilizado para os trabalhos de iniciação, com custos sem influência no avanço físico do projeto. As variáveis do projeto para cálculo do VA com a medição sendo realizada em agosto de 2019 são as seguintes:

- Custo Total Planejado (CP) = \$ 30.000
- Custo Realizado Acumulado (CR) = \$ 10.350
- Avanço Físico Planejado (AF_p) = 8%
- Avanço Físico Realizado (AF_r) = 12%

4.3 Cálculo do VA

O VA do projeto A será calculado de duas formas: pelo método tradicional, denominado Método Acadêmico e pelo Método Alternativo proposto:

4.3.1 Método Acadêmico

VA calculado com a utilização da equação tradicional do produto do custo total planejado do projeto pelo avanço físico realizado acumulado ($VA = CP \times AF_r$).

Variáveis:

- CP = \$ 30.000
- AF_r = 12%

$$VA = CP \times AF_p$$

$$VA = \$ 30.000 \times 12\% , \text{ logo } VA = \$ 3.600$$

4.3.2 Método Alternativo

Para o cálculo do VA, será desenvolvida uma equação com as variáveis de planejamento AF_p e CP, doravante denominada Equação Alternativa do Valor Agregado (EQVA), para o qual serão necessários três passos: Definição dos tipos de variáveis e pares ordenados (x,y), Análise da tendência da relação entre as variáveis AF_p (x) e CP (y) e Desenvolvimento da EQVA.

a) Definição dos tipos de variáveis e pares ordenados

Análise do relacionamento entre AF_p , CP, onde CP (y) será uma função do AF_p (x):
 $CP = f (AF_p)$.

AF_p x	CP y	Pares Ordenados (x,y)
0%	\$1.000	(0,00, 1.000)
0%	\$2.500	(0,00, 2.500)
0%	\$5.000	(0,00, 5.000)
2%	\$7.000	(0,02, 7.000)
3%	\$10.500	(0,03, 10.500)
8%	\$13.500	(0,08, 13.500)
16%	\$16.000	(0,16, 16.000)
31%	\$20.500	(0,31, 20.500)
47%	\$21.700	(0,47, 21.700)
81%	\$26.500	(0,81, 26.500)
96%	\$28.500	(0,96, 28.500)
100%	\$30.000	(1,00, 30.000)

Tabela 02 – Pares Ordenados

Fonte: Desenvolvido pelos autores

b) Análise de tendência da relação entre as variáveis

Projeção do VA em um gráfico no MS Excel do tipo “X Y (Dispersão)” com a opção de linha de tendência de regressão polinomial.

Gráfico com relacionamento AF_p (x) e CP (y).

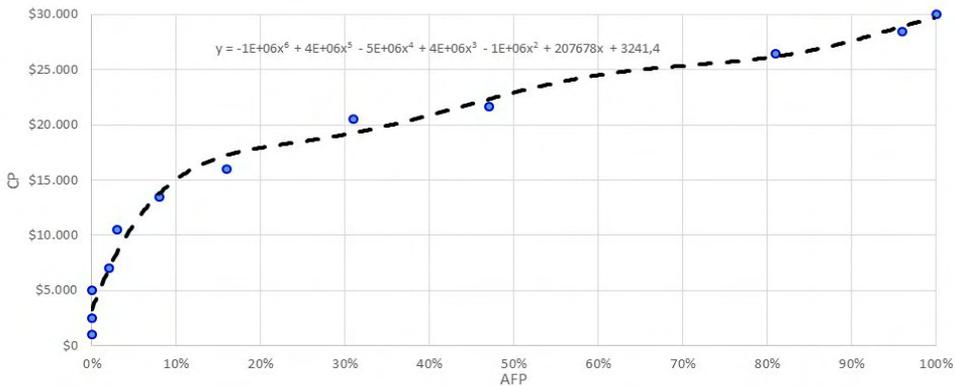


Figura 02 – Curva de tendência AF_p x CP

Fonte: desenvolvido pelos autores (2019)

Observa-se que a relação entre AF_p (x) e CP (y) não é linear, sendo necessário portanto, o desenvolvimento de uma equação polinomial para relacionar as duas variáveis.

c) Desenvolvimento da equação com as variáveis

Especificação de uma função polinomial de ordem 6 (máxima do aplicativo) com índice de determinação (R²) de 0,98 utilizando o software Fityk 0.9.8®.

A fim de encontrar o resultado VA (y), valor planejado do trabalho realizado quando o avanço físico realizado AF_R (x) foi 12%, é necessário o desenvolvimento de uma equação polinomial.

Pelo gráfico de tendência do MS Excel, obtém-se a equação dos pontos AF_p (x) e CP (y):

$$y = -1E+06x^6 + 4E+06x^5 + -5e+06x^4 + -1e+06x^2 + 207678x + 3241,4$$

O VA encontrado com esta equação foi **\$19.735** que não se mostrou fiel à curva estabelecida, uma vez que é possível identificar na figura 2 que para um avanço físico de 12%, o VA, está situado próximo a \$ 15.000. A Microsoft® alerta que a equação gerada para uma linha de tendência em um gráfico de dispersão algumas vezes pode estar incorreta (Suporte Microsoft, 2018).

Com uso do *software* Fityk 0.9.8® a EQVA do projeto será a seguinte:

$$y = 5.038 + 152.348*(x) + -766.025*(x)^2 + 2.15106e+006*(x)^3 + -3.16746e+006*(x)^4 + 2.31416e+006*(x)^5 + -659438*(x)^6$$

Utilizando-se a EQVA deduzida, quando o AF_R (x) equivale a 12% o CP (y), ou seja, o VA (custo planejado do trabalho realizado) encontrado é **\$ 15.405**.

4.4 Teste de aderência

Para testes da aderência dos resultados do VA dos métodos empregados, será realizada análise crítica da situação do projeto A em um determinado período de medição com utilização dos indicadores da técnica GVA: Variação de Custos (VC), do inglês *Cost*

Variance (VC) e Variação de Prazo (VPR), em inglês *Schedule Variance* – (VC) que são métricas básicas fundamentais do GVA (Cleland e Ireland, 2007) detalhados no Quadro 1.

INDICADOR	FÓRMULA	ANÁLISE
Varição de custo (VC) <i>Cost Variance (CV)</i>	Diferença entre o Valor Agregado ao projeto (VA) e o Custo Real (CR) $VC = VA - CR$	$VC > 0$ → Custo abaixo do orçamento $VC = 0$ → Custo dentro do orçamento $VC < 0$ → Custo acima do orçamento
Varição de Prazo (VPR) <i>Schedule Variance (SV)</i>	Diferença entre o Valor Agregado ao projeto (VA) e o Custo Planejado (CP) $VPR = VA - CP$	$VPR > 0$ → Projeto adiantado $VPR = 0$ → Projeto no prazo $VPR < 0$ → Projeto atrasado

Quadro 1 – Definição de indicadores da técnica GVA.

Fonte: adaptado de Cleland & Ireland (2007) e PMI (2017)

A Tabela 03 consolida os resultados do projeto A no período de agosto/19 e demonstra a avaliação dos indicadores da técnica GVA.

Consolidação dos Dados	Variáveis Fixas: CP = \$ 13.500 e CR = \$ 10.350		
Método 1 (CP x AF _R)	VA Calculado	\$ 3.600	Avaliação GVA
	Varição de custo (VC= VA – CR)	\$3.600 - \$10.350 = - \$6.750	VC < 0 indica realização acima do orçamento.
	Varição de prazo (VPR = VA - CP)	\$3.600 - \$13.500 = - \$9.900	VPR < 0 aponta que o projeto estaria atrasado.
Método 2 (EQVA)	VA Calculado	\$ 15.405	Avaliação GVA
	Varição de custo (VC= VA – CR)	\$15.405 - \$10.350 = \$5.055	VC > 0 indica realização abaixo do orçamento.
	Varição de prazo (VPR = VA - CP)	\$15.405 - \$13.500 = \$1.905	VPR > 0 indica que o projeto estaria adiantado.

Tabela 03 – Teste de Aderência com uso da técnica GVA

Fonte: desenvolvido pelos autores (2020)

Conforme análise preliminar das variáveis (item 3.1.1), o projeto A está gastando menos e adiantado na sua realização física e o VA está um pouco acima de \$ 15.000 (item 3.2.2.).

A tabela 02 demonstra que o VA encontrado no Método 2 (EQVA) está aderente ao AF_p, resultado não identificado no Método 1 (CP x AF_R).

De acordo com os resultados do GVA, o Método 2 (EQVA) apresenta aderência à curva e à situação do projeto, ao contrário do Método 1 (CP x AFR) tradicional, que trouxe

informações diferentes da realidade do projeto.

Tais resultados confirmaram a necessidade da EQVA para o controle de custos do Projeto A, sendo imprescindível a utilização da variável AF_p para o desenvolvimento desta equação.

5 | CONCLUSÕES

O VA é tão fundamental para análise de custo dos projetos que dá o nome à técnica GVA que envolve outros indicadores de custos e prazos de projetos, dessa forma deve ser calculado para obtenção de resultados com a maior precisão possível.

De acordo com as publicações acadêmicas pesquisadas, a princípio deveria ser simples calcular o VA de um projeto, bastando realizar o planejamento financeiro com base nos mesmos pacotes utilizados para a medição do avanço físico realizado, portanto para calcular o VA por meio do produto entre o CP e AF_r , faz-se necessário que o orçamento e controle do AF_r seja realizado no mínimo para cada pacote de trabalho da estrutura analítica do projeto (EAP).

Algumas situações prejudicam a realização do cálculo do VA desta forma: impossibilidade ou dificuldade de rateio de custos indiretos nos pacotes de trabalho ou atividades do projeto até o último nível da EAP; certas vezes não é possível ou necessário orçar o custo ou avanço físico de cada elemento de trabalho; custos imputados em atividades que não geram avanço físico (por exemplo, pode-se considerar custos de mobilização ou de construção de um canteiro de obras, como elementos em que há dispêndio, todavia, geram valor indireto para o projeto, não sendo incorporados ao produto final); dificuldade de controle detalhado de custo e/ou avanço físico, principalmente em grandes projetos.

O ponto central encontrado nesta pesquisa, é que as orientações acadêmicas sobre o cálculo do VA não levam em consideração o AF_p e conseqüentemente sua relação com o Custo Planejado (CP), o que se configura um problema para projetos controlados de forma global e utilizam o método tradicional, uma vez que, quando não houver linearidade na relação entre as variáveis descritas, serão gerados resultados inconsistentes do VA do projeto.

Com isso pode-se concluir que a metodologia tradicional (CP x AF_r) não deve ser usada para cálculo do VA de projetos quando a relação entre as duas variáveis (custo planejado e avanço físico previsto) não é linear, enquanto a EQVA deduzida da relação (CP, AF_p) pode ser utilizada em quaisquer situações. Por conseguinte, se confirma a necessidade do cálculo analítico e aprofundado do VA com a definição de uma EQVA relacionando CP e AF_p para o GVA, com o intuito de aumentar a confiabilidade da projeção de custos e conseqüentemente da gestão física e financeira dos projetos.

Um ponto de atenção para o método alternativo proposto é que eventual mudança da seqüência lógica otimizada predefinida para o planejamento do avanço físico e financeiro no

início de projeto poderá prejudicar os resultados da EQVA, cabendo a equipe responsável pelo controle de custos do projeto revisar a equação deduzida, a fim de permitir a aderência do resultado obtido do VA calculado ao replanejamento do projeto.

Espera-se que este artigo possa contribuir para pesquisas mais avançadas sobre este importante tema para a comunidade de gerenciamento de projetos, com a realização de novos testes, tendo como parâmetro a metodologia utilizada para o gerenciamento de custos dos projetos.

REFERÊNCIAS

ACEBES Fernando, PAJARES Javier, GALÁN José Manuel, & PAREDES Adolfo López (2014). *A new approach for project control under uncertainty. Going back to the basics. International Journal of Project Management*, **32**, 423-434. Recuperado em 25 de agosto de 2019 de <<https://doi.org/10.1016/j.ijproman.2013.08.003>>

ANSI, *The American National Standards Institute*. (2018). *Earned Value Management Systems (EVMS)*. Recuperado em 15 de novembro de 2019 de <<http://acqnotes.com/wp-content/uploads/2014/09/DoD-Earned-Value-Management-Interpretation-Guide-Jan-2018.pdf>>

BARCAUI, André B. (2012) **PMO - Escritórios de Projetos, Programas e Portfólio na prática**. Rio de Janeiro: Brasport.

BRYDE David; UNTERHITZENBERGER, Christine; & JOBY, Roger (2018). *Conditions of success for earned value analysis in projects. International Journal of Project Management. International Journal of Project Management*, **36**, 474-484. Recuperado em 10 de setembro de 2019 de <<https://doi.org/10.1016/j.ijproman.2017.12.002>>

CIOFFI, Denis F. (2006). *Designing project management: A scientific notation and an improved formalism for earned value calculations. International Journal of Project Management*, **24**, 136-144. Recuperado em 05 de dezembro de 2019 de <[/10.1016/j.ijproman.2005.07.003](https://doi.org/10.1016/j.ijproman.2005.07.003)>

CLELAND, David I.; & IRLAND Lewis R. (2007). **Gerenciamento de Projetos**, Rio de Janeiro: LTC Editora.

COLIN, Jeroen; & VANHOUCKE Mario. (2015). *A comparison of the performance of various project control methods using earned value management systems. Expert Systems with Applications Journal*, **42**, 3159-3175. Recuperado em 08 de outubro de 2019 de <<http://dx.doi.org/10.1016/j.eswa.2014.12.007>>

COLIN, Jeroen; MARTENS, Annelies; VANHOUCKE, Mario; & WAUTERS Mathieu. *A multi-variate approach for top-down project control using earned value management. Decision Support Systems Journal*, **79**, 65-76. Recuperado em 15 de dezembro de 2018 de <<http://dx.doi.org/10.1016/j.dss.2015.08.002>>

FLEMING, Quentin W.; & KOPPELMAN, Joel M. (2000). **Earned value - Project Management**. (2a ed). Pennsylvania: PMI.

GARZA, Gerardo Espinosa, & HERNÁNDEZ, Imelda Loera. (2017). *Proposed model to improve the forecast of the planned value in the estimation of the final cost of the construction projects*. **Procedia Manufacturing Journal**, **13**, 1011-1018. Recuperado em 17 de setembro de 2019 de <<https://doi.org/10.1016/j.promfg.2017.09.103>>.

GASPAROTTI Carmen; RAILEANU Alina; RUSU Eugen. (2017). *The Earned Value Management - A Measurement Technique of the Performance of the Costs and Labor in the Project*. **University Danubius Journal**. Recuperado em 30 de julho de 2019 de <<http://journals.univ-danubius.ro/index.php/oeconomica/article/view/4029/3995>>.

GREY, David E. (2012). **Pesquisa no Mundo Real**. Porto Alegre: Penso.

KERKHOVE, L.P. & VANHOUCHE M. *Extensions of earned value management: using the earned incentive metric to improve signal quality*. **International Journal of Project Management**, **35**, 148-168. Recuperado em 19 de dezembro de 2019 de <<http://dx.doi.org/10.1016/j.ijproman>>

MENDES, João Ricardo Barroca; VALLE, André Bittencourt do; FABRA, Marcantonio. (2014). **Gerenciamento de projetos**. (2a ed). Rio de Janeiro: Editora FGV.

MEREDITH Jack R.; & MANTEL Samuel. (2103). **Administração de Projetos: uma abordagem gerencial**. Rio de Janeiro: Editora LTC.

MISHAKOVA, Anastasiia; VAKHRUSHKINA, Anna; MURGULA, Vera; & SAZONOVA, Tatiana. (2016). *Project control based on a mutual application of pert and earned value management methods*. **Procedia Engineering Journal**, **165**, 1812-1817. Recuperado em 15 de novembro de 2018 de <<https://doi.org/10.1016/j.proeng.2016.11.927>>.

MOURA, Henrique. (2013). **PMP sem SEGREDOS**. São Paulo: ELSEVIER.

PRESSMAN, Roger S. (2001). **Software engineering: a practitioner's approach**. Recuperado em 04 de novembro de 2018 de <<http://www.qiau.ac.ir/teacher/files/911610/13-11-1387-17-31-03.pdf>>

PMI, Project Management Institute. (2017). **Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos. Guia PMBOK®**. (6a ed.). EUA: *Project Management Institute*.

ST-MARTIN, Remi; & FANNON, David. (2010). **Gerenciamento do Valor Agregado do Trabalho em Progresso**. Recuperado em 22 de dezembro de 2018 de <<https://brasil.pmi.org/brasil/KnowledgeCenter/Articles/~media/46DEF34C7B5346EE992DC015433E5402.ashx>>.

SUPORTE MICROSOFT. (2018). **Fórmula de linha de tendência de gráfico é imprecisa no Excel**. Recuperado em 12 de janeiro de 2019 de <<https://support.microsoft.com/pt-br/help/211967/chart-trendline-formula-is-inaccurate-in-excel>>.

SUPORTE MICROSOFT (2016). **Análise de valor agregado, para nós**. Recuperado em 19 fevereiro de 2019 de <https://support.office.com/pt-br/article/an%C3%A1lise-de-valor-agregado-para-n%C3%B3s-6a49f56d-d7bc-44eb-8b56-2ff5526403cc#_toc321831422>

VARGAS, Ricardo (2018). **Análise de Valor Agregado** (7a ed). Rio de Janeiro: Brasport.

YIN, Robert. K. (2005). **Estudo de caso: planejamento e métodos**. (3a ed). Porto Alegre: Bookman. (Obra original publicada em 1984).

ZOHOORI, Bahareh; VERBRAECK, Alexander; BAGHERPOUR, Morteza; & KHAKDAMAN. (2018). *Masoud Monitoring production time and cost performance by combining earned value analysis and adaptive fuzzy control*. *International Journal of Project Management*, 127 (821). Recuperado em 10 de agosto de 2019 de <<https://doi.org/10.1016/j.cie.2018.11.019>>.

APÊNDICE

AUTOR	ANO	CITAÇÕES SOBRE AS VARIÁVEIS PARA CÁLCULO DO VA
Pressman	2001	O VA é uma medida de progresso sendo calculado com base na porcentagem estimada do total das tarefas (AF_R).
Barcaui	2012	Exemplifica o cálculo do VA por meio de regra de três para um trabalho executado, tendo como base no total de serviços planejados, os custos planejados (CP) e os custos realizados dos trabalhos.
Meredith & Mentel	2013	Cada elemento de trabalho da Estrutura Analítica do Projeto (EAP) deve ser avaliado de acordo com suas necessidades de recursos, sendo então estimado o custo de cada tipo de recurso. Assim sendo, para calcular o VA bastaria multiplicar o percentual de avanço físico dos elementos da EAP (AF_R) ao valor orçado para estes elementos (CP).
Moura	2013	O VA é calculado somando-se o custo orçado de entregas (CP) quando as mesmas foram completadas (AF_R).
Acebes et al.	2014	O custo planejado (CP) cumulativo das tarefas executadas possibilita encontrar o indicador do desenvolvimento do trabalho, no caso o VA.
Kerkhove & Vanhoucke	2016	O VA pode ser calculado multiplicando-se o percentual de trabalho concluído (AF_R) pelo custo planejado (CP) para estas atividades.
Suporte Microsoft	2016	No MS Project, o VA é calculado de acordo com o percentual de gasto do orçamento total de cada tarefa (CP).
PMI	2017	Uma boa prática para cálculo do VA, a soma do custo planejado (CP) para cada porção de trabalho concluído (AF_R).
Gasparotti, Raileanu, & Rusu.	2017	O VA pode ser calculado somando-se o valor orçado de cada atividade do projeto (CP) levando em consideração a porcentagem de conclusão de cada atividade (AF_R).
Garza & Hernández	2017	O VA pode ser calculado pela equação: $(CP) \times \% \text{ do progresso até a data limite } (AF_R)$.
ANSI	2018	O VA é calculado por meio do somatório dos orçamentos para pacotes de trabalho concluídos (CP) e porções concluídas de pacotes de trabalho em andamento (AF_R), podendo ser expresso como um valor para um período específico ou cumulativo até a data da medição do projeto.
Vargas	2018	O somatório do produto dos percentuais de conclusão (AF_R) pelo custo total planejado (CP) de cada grande entrega ensinará no VA do projeto

INTENÇÃO DE INVESTIR NO MERCADO DE CAPITAIS E EDUCAÇÃO FINANCEIRA NA PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Data de aceite: 04/07/2022

Maria Raíla Portela Marques

Universidade Estadual Vale do Acaraú

Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino

Universidade Estadual Vale do Acaraú

Clayton Robson Moreira da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Piauí

RESUMO: Este estudo teve como objetivo analisar a relação entre a intenção de investir no mercado de capitais e a educação financeira. Adicionalmente, foram verificados os fatores relacionados à intenção de investir no mercado de capitais. Trata-se de uma pesquisa descritiva e quantitativa, desenvolvida por meio de uma *survey* em que foram aplicados 195 questionários com estudantes de ciências contábeis de uma universidade pública. Os resultados mostram que a maioria dos respondentes nunca investiram no mercado de capitais. Contudo, verificou-se que os estudantes têm intenção de investir, embora não se planejem para isso. Quanto à educação financeira, os estudantes concordam que possuem conhecimentos sobre o tema. Além disso, verificou-se que há relação positiva entre a intenção de investir no mercado de capitais e a educação financeira. Ainda, verificou-se que o gênero, a etapa de conclusão do curso, a etnia e a realização de cursos nas áreas de investimento e educação financeira são fatores que estão associados à intenção do estudante de investir

no mercado de capitais.

PALAVRAS-CHAVE: Intenção de Investir. Mercado de Capitais. Educação Financeira. Investimentos. Estudantes.

1 | INTRODUÇÃO

O funcionamento do mercado de capitais é conhecido por poucos no Brasil, porém, apesar disso, recentemente tem se notado uma preocupação em atrair investidores com credibilidade e sustentabilidade (AMORIM et al., 2018). Além disso, segundo a Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2021), existe um significativo aumento no número de brasileiros investindo em valores mobiliários, impulsionado por fatores como novos métodos de investimento digital, expansão da oferta de produtos e o impacto dos cenários atuais de taxas de juros.

Segundo a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA, 2021), durante a pandemia da COVID-19, em 2020, os gastos das pessoas diminuíram, e 53% dos brasileiros que economizaram nesse período investiram em produtos financeiros pela primeira vez. Do mesmo modo, dados da Brasil, Bolsa, Balcão (B3, 2021) evidenciam que o número de investidores em produtos de renda variável aumentou de um milhão, em julho de 2019, para dois milhões, em abril de 2020. Além disso, em pesquisa realizada pela ANBIMA (2021), 40% da

população brasileira é investidora e a Classe C representa a maioria desses investidores.

De acordo com a B3 (2020), os novos investidores são mais jovens, focam em investimentos diversificados, constroem carteiras de investimento com menor valor e apresentam visão de longo prazo, mantendo sua posição no mercado. Contudo, Pereira e Lucena (2014) destacam que a sociedade ainda tem uma visão limitada de educação financeira, resumida apenas a poupar. Logo, a caderneta de poupança ainda é o investimento preferido dos brasileiros, mesmo perdendo espaço pela primeira vez em 2020 (ANBIMA, 2021).

Nesse contexto, destaca-se que a educação financeira contribui para uso maduro dos recursos financeiros, desperta o entendimento econômico e mostra aos consumidores como lucrar com investimentos (AMORIM et al., 2018). Logo, quanto maior o nível de conhecimento financeiro, melhor a aptidão em controlar suas próprias finanças, além de compreenderem fenômenos econômicos (PEREIRA; LUCENA, 2014). Além disso, o estudo de Amorim et al. (2018) mostrou que existe uma correlação positiva entre o nível de formação financeira de jovens universitários e a participação no mercado de capitais brasileiro.

Diante disso, surge a seguinte indagação: qual a relação entre intenção de investir no mercado de capitais e educação financeira? Nessa perspectiva, o objetivo desta pesquisa consiste em verificar a relação entre intenção de investir no mercado de capitais e educação financeira. Adicionalmente, foram verificados os fatores associados à intenção de investir no mercado de capitais. Para tanto, realizou-se uma pesquisa com estudantes de ciências contábeis de uma universidade pública.

A discussão sobre os fatores associados à intenção de investir no mercado de capitais se torna relevante, uma vez que o mercado de capitais é importante para o desenvolvimento do país, remunerando aplicadores e possibilitando aplicação dos valores em atividades produtivas (MOREIRA et al., 2021). Nesse sentido, se o Brasil desenvolvesse seu mercado de capitais em patamar semelhante ao dos países desenvolvidos, poderia gerar diversos novos empregos e ainda seria possível aumentar seu Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* (ANBIMA, 2018).

Além disso, diversos estudos sobre o mercado de capitais têm sido realizados e muitos investigam as características dos investidores que influenciam suas decisões de investimento (BAYYURT; KARIŞIK; COŞKUN, 2013; AMORIM et al., 2018). Desse modo, faz-se relevante desenvolver uma pesquisa mais específica, visando verificar os fatores que podem influenciar o ingresso de estudantes de contabilidade no mercado de capitais. Ainda, este estudo se justifica por trazer reflexões sobre mercado de capitais e educação financeira, o que pode contribuir para a formação de novos investidores e, conseqüentemente, para o desenvolvimento econômico do país.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

Descreve-se neste tópico a fundamentação teórica deste trabalho, partindo dos diferentes conceitos de mercado de capitais, explorando sobre a educação financeira como instrumento de fator associado a intenção de investir, além de estudos relacionados ao tema de pesquisa deste artigo.

2.1 Mercado de capitais

De acordo com a CVM (2019), o mercado de capitais pode ser entendido, de modo geral, como um intermediador direto entre agentes econômicos superavitários (poupador) e agentes econômicos deficitários (que necessitam de recursos para seus investimentos). Por meio desse mercado, há a alocação do capital fornecido pelo investidor para as empresas investidas, a fim de subsidiar suas operações e realizar seus projetos (ANBIMA, 2018). Dessa forma, exercendo o papel de instrumento de capitalização das empresas privadas nacionais (WISNIEWSKI, 2011).

O mercado de capitais permite disponibilizar mais capital, confere maior liquidez às empresas, coordena de forma mais completa os prazos de pagamento da dívida e reduz o custo do capital relativo às entidades privadas, aumentando assim a taxa de rentabilidade do investimento (ANBIMA, 2018). Ainda, possibilita a aplicação dos valores em atividades produtivas, contribuindo para o desenvolvimento do país (MOREIRA et al., 2021).

Nesse contexto, investir no mercado de capitais contribui tanto para os poupadores, possibilitando melhores retornos do que as aplicações em renda fixa, quanto para as empresas, as quais captam recursos com menos custo (MOREIRA et al., 2021). Além disso, reduz os custos de informação e transação do sistema, promove o retorno com risco dos projetos de investimento e permite que os investidores utilizem seu patrimônio de forma mais eficaz (ANBIMA, 2018). Do mesmo modo, as expectativas de crescimento do país confirmam o investimento estrangeiro, crescimento que depende de diversos poupadores, inclusive do governo (GONÇALVES JUNIOR; EID JUNIOR, 2016).

Os ativos financeiros disponíveis no mercado de capitais são chamados de valores mobiliários (CMV, 2019). De acordo com o art. 2º da Lei nº 6.385/76, são considerados valores mobiliários:

- I - as ações, debêntures e bônus de subscrição;
- II - os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos aos valores mobiliários referidos no inciso II;
- III - os certificados de depósito de valores mobiliários;
- IV - as cédulas de debêntures;
- V - as cotas de fundos de investimento em valores mobiliários ou de clubes de investimento em quaisquer ativos;
- VI - as notas comerciais;

VII - os contratos futuros, de opções e outros derivativos, cujos ativos subjacentes sejam valores mobiliários;

VIII - outros contratos derivativos, independentemente dos ativos subjacentes;
e

IX - quando ofertados publicamente, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros (BRASIL, 1976).

Cumpra mencionar que também se enquadram como valores mobiliários, os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), as cotas de Fundos de Investimento Imobiliário (FII), entre outros (CVM, 2019).

No caso do mercado de ações, os investidores adquirem uma participação futura no fluxo de caixa da empresa, que fica comprometida a pagar dividendos ao seu portador (ANTUNES; PROCIANOY, 2013). Já no caso de debêntures, são adquiridos títulos de dívida, estabelecendo uma relação de crédito entre poupador e tomador (CVM, 2019). Segundo essa autarquia, esses e outros valores mobiliários podem ser adquiridos por meio de bancos, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários, administradoras de mercado de bolsa e balcão, entre outras prestadoras de serviços.

Ressalta-se que, no Brasil, a atração de pequenos investidores ao mercado de capitais é recente e essa atração vem ocorrendo de forma prematura a partir da década de 1970 (RODRIGUES, 2012). Contudo, o autor aponta também que não há preocupação de amadurecer a educação desses pequenos investidores, o que já gerou crise de valores mobiliários brasileiro. Destaca-se também que a educação financeira aliada ao mercado de capitais proporciona uma interação entre agentes econômicos (AMORIM et al., 2018).

2.2 Educação financeira

A educação financeira pode ser entendida como um processo de transferência de conhecimento, que permite o desenvolvimento de habilidades pessoais para que o indivíduo possa tomar decisões informadas e seguras e melhorar sua gestão financeira pessoal (SAVAOIA et al., 2007). O Relatório de Cidadania, emitido pelo Banco Central do Brasil (BACEN, 2018), considera a educação financeira como capital humano de uma pessoa, principalmente no que diz respeito ao conhecimento financeiro e sua aplicação. Além disso, o BACEN também inclui nessa definição: capacidade de comunicação sobre conceitos financeiros e gestão de finanças pessoais, habilidade em tomar decisões financeiras apropriadas e confiança no planejamento para futuras necessidades financeiras.

Amorim et al. (2018) verificaram que a educação financeira dos investidores influencia a sua participação no mercado de capitais, porém, destacam que os investimentos em educação financeira no país precisam ser melhorados. Segundo dados emitidos pelo BACEN (2018), as regiões Norte e Nordeste apresentam baixos níveis de escolaridade e

inclusão financeira no país, o que pode estar relacionado ao desequilíbrio na distribuição de renda, dificultando a gestão efetiva dos recursos escassos pelos indivíduos e suas famílias. Em países desenvolvidos, como Estados Unidos, há a inclusão de educação financeira no ensino, sendo obrigatória nas escolas secundárias desde 1985 (SAVOIA et al., 2007).

Cumprе mencionar que as pessoas ainda têm opiniões limitadas sobre o que é considerado educação financeira, que se reduz a simplesmente a economizar dinheiro (PEREIRA; LUCENA, 2014). Apesar disso, já estão sendo tomadas iniciativas pelas autoridades econômicas, como a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), em 2007, e do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), em 2010 (ARAÚJO et al., 2021). A ENEF tem intuito de melhorar a compreensão das pessoas sobre a política monetária e seu impacto econômico, aumentando assim sua estrutura de informações usadas para decisões financeiras, e ainda pode minimizar a distração e desatenção dos investidores em face da incerteza econômica (MARSCHNER; CERETTA, 2021).

O Ministério da Educação (MEC) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) lançaram o Programa de Educação Financeira nas Escolas, que visa proporcionar aos professores formação gratuita em educação financeira, para que o assunto apareça em sala de aula (MEC, 2021). Segundo o ministério, a formação proporcionará os conhecimentos básicos de gestão financeira pessoal, que é um tema transversal disponibilizado pela Base Nacional de Comum Curricular (BNCC), o que tornará os professores mais confiantes neste tema e valorizará a reflexão dos alunos. O presidente da CVM afirmou que a educação financeira é estratégica para o mercado de capitais nacional, refletindo no bem-estar das famílias e influi a poupança (MEC, 2021). No artigo, o plano, assim como a ENEF, atende às diretrizes e recomendações globais da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Qualquer investimento exige disciplina para o controle das finanças e do patrimônio, o qual é auxiliado pela contabilidade, porém, esse controle se torna difícil para a maioria das pessoas, as quais destinam seus recursos a itens supérfluos (DIAS; SANTOS, 2020). Os autores constataram que a implementação dos cursos de educação financeira em projetos pedagógicos e universidades incentiva as pessoas e famílias ao planejamento e organização financeira, com intuito de atingir seus objetivos e diminuir sua inadimplência.

2.3 Estudos anteriores sobre educação financeira e mercado de capitais

Ao realizar o levantamento de pesquisas anteriores, foram identificados alguns estudos sobre a temática. Bayyurt, Karışık e Coşkun (2013) analisaram as diferenças entre as preferências de investimento de mulheres e homens em países emergentes e subdesenvolvidos, explorando seus comportamentos de investimento e concentrando-se no país emergente Turquia. A pesquisa foi realizada de forma *on-line*, utilizando seis ferramentas de investimentos: ouro, moeda estrangeira, fundos, ações ordinárias, imóveis

e depósitos a prazo, e realizada análise discriminante e regressão logística. Os autores concluíram que os homens preferem investir em ações ordinárias e imóveis, enquanto as mulheres são mais avessas ao risco, focando em fundos, depósitos a prazo e ouro, e não há diferença significativa de gênero no investimento em moeda estrangeira.

Pereira e Lucena (2014) investigaram a influência da educação financeira e seus fatores emocionais. A análise foi realizada com a aplicação de 240 questionários para os alunos dos cursos de ciências contábeis e engenharia de uma universidade pública. Os resultados indicaram que quase metade dos respondentes acredita que as emoções afetam as decisões financeiras e causam despesas desnecessárias, e que a falta de educação financeira leva ao endividamento.

Warsame e Ileri (2016) buscaram prever a intenção dos investidores de usar o Sukuk (certificado financeiro) no Catar, enquanto investigavam o efeito do gênero, idade e nível de educação como principais moderadores na intenção de usar o Sukuk. Para tanto, o estudo foi realizado em Doha, capital do Catar, utilizando questionários para mensurar os constructos da variável do modelo. Além disso, utilizou-se o modelo da Teoria do Comportamento Planejado (TPB) para investigar as intenções comportamentais e o uso real de Sukuk. Em suas conclusões, os autores observaram que idade, gênero e nível de educação não eram moderadores significativos em culturas não-ocidentais, especialmente no Catar, e que o aumento da conscientização sobre o uso Sukuk entre muçulmanos e não-muçulmanos ampliariam o uso de Sukuk.

Amorim et al. (2018) fizeram um estudo a fim de investigar a influência do nível de educação financeira dos discentes da área de negócios da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) sobre a probabilidade de participação no mercado de capitais, especificamente, com os discentes dos cursos de ciências contábeis e econômicas, ciências atuariais e administração. Os autores coletaram 302 questionários e concluíram que existe uma correlação positiva entre o nível de educação financeira do aluno e a participação no mercado de capitais brasileiro. Os autores ainda enfatizam que o investimento do país em educação financeira precisa ser melhorado, pois o conhecimento financeiro dos brasileiros é inferior à média internacional. Além disso, a educação financeira das mulheres ainda é inferior à dos homens.

Sousa et al. (2019) investigaram se acadêmicos do curso de administração e ciências contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) são educados financeiramente, e se tais cursos contribuem para esse processo. Os resultados foram coletados por meio de 86 questionários *on-line*. Foi constatado que os alunos têm informações sobre a prática da educação financeira e os cursos correspondentes ajudam a alcançar esta função. Além disso, é possível identificar que a grade curricular dos cursos de ciências contábeis e administração influenciam o planejamento financeiro pessoal, principalmente a disciplina de administração financeira que é ministrada em ambos os cursos. Essa disciplina contribui ao máximo nesse sentido, incentivando a prática da educação financeira

como: realização de aplicações financeiras, poupança, orçamento mensal, investimento na aposentadoria, deduções no imposto de renda, provisão de receitas e despesas, e atenção aos gastos fixos e outras práticas de administração financeira.

Araújo et al. (2021), investigaram o impacto de gênero, educação financeira e interação social na seleção de investimento em renda variável e renda fixa dos investidores brasileiros. Foram utilizados questionários físicos e *on-line* com alunos do curso de administração de empresas da Universidade Federal Uberlândia, da Universidade de Uberaba e Instituto Federal Goiano. Os autores verificaram que os investidores, mesmo que entendam de finanças/economia, podem se sentir inseguros quanto ao investimento atual, e as opiniões de amigos e da rede interpessoal afetarão o processo de tomada de decisão pessoal. Porém, não foi encontrada relação entre o gênero do respondente e seu valor investido.

Guimarães e Iglesias (2021) mediram o nível de conhecimento financeiro dos estudantes dos cursos técnicos do ensino médio no Instituto Federal do Triângulo Mineiro, bem como verificaram a associação do índice de educação financeira com as características demográficas, socioeconômicas e acadêmicas. Os autores verificaram que os alunos apresentaram baixo nível de educação financeira, assim como visto na literatura internacional e nacional. O estudo constatou que os alunos homens de séries mais elevadas na área de gestão, assim como estudantes de famílias com renda acima de quatro salários-mínimos, eram mais conscientes nas questões financeiras.

O estudo de Marschner e Ceretta (2021) analisou como a incerteza econômica e a política monetária afetam o sentimento do investidor no Brasil. Para tanto, utilizaram quatro mecanismos de transmissão da incerteza econômica e da política monetária (taxa de juros, taxa de câmbio, taxa de inflação e índice de incerteza econômica), além de um modelo estimado de defasagem de distribuição autorregressiva, que capta o curto e o longo prazo entre as variáveis. Os resultados mostram que o sentimento do investidor é afetado em diferentes graus pela incerteza econômica e pelo principal mecanismo de transmissão da política monetária. Além disso, mesmo que uma pequena parte da população seja investidora, a circulação de informações econômicas e monetárias tem impacto na compreensão de seus efeitos.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Quanto aos objetivos, esta pesquisa é descritiva, uma vez que buscar descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, bem como visa estabelecer relações entre variáveis (GIL, 2002). Quanto aos procedimentos, utiliza-se o levantamento (*survey*), o qual envolve interrogar diretamente as pessoas que querem entender seu comportamento de alguma forma por meio da aplicação de questionários (PRAVANOV; FREITAS, 2013). Além disso, o levantamento se torna mais adequado para estudos

descritivos e são muito eficazes para problemas menos delicados, sendo útil para problemas de opiniões e atitudes (GIL, 2008). Quanto à abordagem, este estudo é quantitativo, uma vez que a pesquisa se interessa pelo estudo da relação entre os constructos, enfatiza a mensuração e trabalha com números (FLICK, 2013). Além disso, requer o uso de técnicas estatísticas para a análise dos dados (PRAVANOV; FREITAS, 2013).

Nesse contexto, o universo da pesquisa são os discentes do curso de ciências contábeis de uma universidade pública localizada no interior do Estado do Ceará. Ao todo, na universidade, havia 369 alunos regularmente matriculados no curso no semestre 2021.1, período de realização da pesquisa. Desse total, 202 questionários foram respondidos, dos quais 195 foram considerados válidos. Dos sete questionários excluídos, cinco foram respondidos por estudantes de outras instituições e/ou outros cursos e dois estavam com respostas inconsistentes. Portanto, a amostra final representa 53% dos alunos matriculados no curso.

A aplicação do questionário da pesquisa foi realizada de forma *on-line*, por meio da plataforma *Google Forms* e a sua divulgação se deu nas redes sociais *WhatsApp* e *Instagram*. Ressalta-se que as respostas da pesquisa foram de forma voluntária e anônima. O questionário foi desenvolvido em três partes: A primeira parte visou medir o constructo intenção de investir no mercado de capitais e é composta por quatro questões. A segunda parte tem o propósito de mensurar a percepção do respondente sobre a educação financeira. Na terceira parte, foi verificado o perfil sociodemográfico dos respondentes.

Nas duas primeiras partes do questionário, utilizou-se um conjunto de questões fechadas medidas por meio de escala de Likert de cinco pontos, em que 1 indica “Discordo Totalmente” e 5 indica “Concordo Totalmente”. No Quadro 1 estão descritas as questões relacionadas à intenção de investir no mercado de capitais. As questões foram adaptadas do trabalho de Warsame e Ileri (2016).

Constructo	Código	Descrição
Intenção	IN1.	Eu pretendo investir no mercado de capitais.
	IN2.	Eu gostaria de investir no mercado de capitais.
	IN3.	Eu planejo investir no mercado de capitais.
	IN4.	Tenho a intenção de investir no mercado de capitais.

Quadro 1 - Variáveis componentes das competências discentes.

Fonte: Adaptado de Warsame e Ileri (2016).

No Quadro 2, estão descritas as questões elaboradas para medir a percepção dos respondentes sobre educação financeira.

Constructo	Código	Descrição
Educação Financeira	EF1.	Eu tenho conhecimento sobre operações que envolvam juros.
	EF2.	Eu entendo sobre investimentos.
	EF3.	Tenho facilidade de compreender assuntos relacionados a finanças.
	EF4.	Eu entendo sobre inflação.
	EF5.	Eu tenho conhecimento sobre operações de crédito (empréstimos e financiamentos, por exemplo).

Quadro 2 - Variáveis com base no Referencial Teórico.

Fonte: Elaboração Própria (2022)

Por fim, o questionário foi encerrado com as perguntas associadas ao perfil sociodemográfico do respondente, envolvendo gênero, idade, estado civil, percentual de conclusão de curso, etnia, escolaridade e ocupação atual. Além disso, os respondentes foram questionados sobre a participação em cursos de investimento e educação financeira, e se já investiram no mercado de capitais e qual a frequência dessa prática.

Após a coleta de dados, os resultados foram tabulados em planilhas do *Microsoft Excel®* e apresentados em tabelas. Na parte do perfil socioeconômico, foi exibido as variáveis em frequência e porcentagem, já as demais foram apresentadas em média, moda e desvio-padrão para cada assertiva. Para analisar a relação entre intenção de investir no mercado de capitais e educação financeira, foi utilizado o Teste de Correlação e, para verificar os fatores associados à intenção de investir no mercado de capitais, utilizou-se o Teste de T, com auxílio do *software* Jamovi. A descrição e análise dos dados estão expostas na próxima seção.

4 | DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Para melhor apresentar os dados encontrados, esta seção está dividida em quatro partes. A primeira aborda a descrição e análise dos dados referentes às variáveis do perfil da amostra, a segunda parte aborda a análise descritiva da intenção de investir no mercado de mercado de capitais e educação financeira, enquanto, a terceira parte versa sobre a análise da relação entre intenção de investir no mercado de capitais e educação financeira. Por fim, a última parte evidencia os fatores associados à intenção de investir no mercado de capitais.

4.1 Perfil dos respondentes

Na Tabela 1, estão a frequência e o percentual das variáveis gênero, faixa etária, conclusão do curso, renda familiar, etnia, curso de investimentos, outra graduação, curso de educação financeira, estado civil, instituição em que concluiu o ensino médio, endividamento próprio e dos pais, e ocupação profissional.

Categoria	Classificação	Frequência	Percentual
Gênero	Homem	96	49%
	Mulher	97	50%
	Não-binário	2	1%
Faixa etária	Entre 18 e 20 anos	67	34%
	Entre 21 e 23 anos	84	43%
	Entre 24 e 30 anos	36	18%
	31 anos ou mais	8	4%
	Percentual de Conclusão do curso	Até 25%	44
	Mais que 25% até 50%	57	29%
	Mais que 50% até 75%	34	17%
	Mais que 75%	60	31%
Renda familiar	Até R\$ 1.000,00	55	28%
	de R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00	69	35%
	de R\$ 2.000,01 a R\$ 3.000,00	46	24%
	de R\$ 3.000,01 a R\$ 4.000,00	10	5%
	de R\$ 4.000,01 a R\$ 5.000,00	7	4%
	Acima de R\$ 5.000,00	8	4%
Etnia	Preto	21	11%
	Parda	109	56%
	Branco	61	31%
	Indígena	0	0%
	Amarelo	4	2%
Outra graduação	Sim	9	5%
	Não	186	95%
Instituição do ensino médio	Pública	167	86%
	Privada	28	14%
Curso na área de investimento	Sim	42	22%
	Não	153	78%
Curso na área de educação financeira	Sim	82	42%
	Não	113	58%
Ocupação	Estuda e trabalha	135	69%
	Apenas Estuda	60	31%
Estado Civil	Solteiro	178	91%
	Casado	15	8%
	Divorciado	2	1%

Tabela 1- Perfil dos respondentes

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

A partir da Tabela 1, percebe-se que 50% dos respondentes se identificam como mulheres e 49% como homens, enquanto dois estudantes (1%) se identificam como não-

binários. A faixa etária predominante é a de alunos entre 21 e 23 anos (43%), sendo um público majoritariamente jovem. Quanto à conclusão do curso, observa-se uma distribuição equilibrada, em que 52% dos estudantes concluíram até metade de curso. Sobre a renda familiar, 64% dos alunos possuem renda de até R\$ 2.000,00, ou seja, menos que dois salários-mínimos. No estudo de Guimarães e Iglesias (2021), os autores verificaram que estudantes cuja renda familiar ultrapassa quatro salários-mínimos são mais conscientes financeiramente. Neste estudo, verificou-se que a maioria dos estudantes possui renda inferior a dois salários-mínimos e poucos já investiram no mercado de capitais.

Na categoria etnia, observa-se a prevalência de indivíduos que se autodeclaram pardos (56%). Dentre os estudantes pesquisados, 95% não possuem outra graduação e 86% concluíram o ensino médio em escola pública. Quanto aos cursos na área de investimentos e educação financeira, respectivamente, 79% e 58% não os realizaram, o que pode indicar baixo interesse por educação financeira entre os estudantes.

Dentre os pesquisados, em relação a ocupação principal, 69% dos estudantes trabalham e estudam, e, no que diz respeito ao estado civil, 91% são solteiros. Dessa forma, a maior representatividade da amostra são alunos jovens, de series iniciais do curso de ciências contábeis, de baixa renda, etnia parda, que não possuem outra graduação, advindos de escola pública e que não possuem cursos relacionados investimento e educação financeira.

Na Tabela 2, apresenta-se os hábitos dos estudantes acerca do ato de investir.

Categoria	Classificação	Frequência	Percentual
Investiu no Mercado de Capitais	Sim	34	17%
	Não	161	83%

Tabela 2 - Hábitos de investimento dos respondentes

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Por meio das observações coletadas e analisadas entre os alunos do curso de ciências contábeis, observou-se que 83% dos estudantes ainda não investiram no mercado de capitais. Dessa forma, entende-se que, de modo geral, os respondentes não possuem hábitos de investimento.

4.2 Análise descritiva da intenção de investir no mercado de capitais e educação financeira

Em relação à intenção de investir no mercado de capitais, na Tabela 3, está a estatística descritiva de cada assertiva que serviu para mensurar esse constructo. Desse modo, identificaram-se as assertivas com maior e menor média na percepção dos respondentes, assim como a uniformidade das respostas.

Constructo	Descrição da Variável	Média	Moda	Desvio-padrão
Intenção	IN1. Eu pretendo investir no mercado de capitais.	3,81	4	1,06
	IN2. Eu gostaria de investir no mercado de capitais.	4,16	5	1,01
	IN3. Eu planejo investir no mercado de capitais.	3,73	5	1,17
	IN4. Tenho a intenção de investir no mercado de capitais.	3,99	5	1,09

Tabela 3 - Estatística descritiva da intenção de investir no mercado de capitais.

Fonte: Dados da pesquisa (2021)

De acordo com a Tabela 3, em relação à intenção de investir no mercado de capitais, observa-se que a maioria dos alunos pretende, gostaria, planeja e tem a intenção de investir no mercado de capitais. Destaca-se que os estudantes mais concordaram com a assertiva “Eu gostaria de investir no mercado de capitais”, que apresentou média igual a 4,16. Por outro lado, a assertiva “Eu planejo investir no mercado de capitais” foi a que apresentou menor média (3,73), portanto, a que os estudantes menos concordaram.

Na Tabela 4, está a estatística descritiva referente às assertivas que serviram para medir a percepção sobre educação financeira.

Constructo	Descrição das Variáveis	Média	Moda	Desvio-padrão
Educação Financeira (Subjetiva)	EF1. Eu tenho conhecimento sobre operações que envolvam juros.	3,51	4	1
	EF2. Eu entendo sobre investimentos.	3,25	3	0,99
	EF3. Tenho facilidade de compreender assuntos relacionados a finanças.	3,77	4	0,85
	EF4. Eu entendo sobre inflação.	3,49	4	0,92
	EF5. Eu tenho conhecimento sobre operações de crédito (empréstimos e financiamentos, por exemplo).	3,58	4	0,97

Tabela 4 - Estatística descritiva da percepção sobre educação financeira.

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Os dados da Tabela 4 apontam que há uma menor concordância em relação às assertivas relacionadas à percepção sobre educação financeira, tendo em vista que todas as médias estão abaixo de 4. A afirmativa “Eu entendo sobre investimentos” é a que possui menor média (3,25). Por outro lado, a assertiva “Tenho facilidade de compreender assuntos relacionados a finanças” foi a que apresentou maior média (3,77), sugerindo que os estudantes consideram que possuem afinidade com a temática finanças.

Da mesma forma, os respondentes concordam que têm conhecimento sobre operações que envolvam juros, facilidade de compreender assuntos relacionados a finanças e conhecimento sobre operações de crédito. Na Tabela 5, apresenta-se a

estatística descritiva dos dois constructos investigados nessa pesquisa: intenção de investir no mercado de capitais e educação financeira. Nessa etapa, são apresentados os valores de média e desvio-padrão. Além disso, foi calculado o Alfa de Cronbach, a fim de verificar a confiabilidade de cada constructo.

Constructo	Média	Desvio-Padrão	Alfa de Cronbach
Intenção de Investir no Mercado de Capitais	3,92	0,99	0,940
Educação Financeira	3,52	0,73	0,826

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Tabela 5 - Estatística descritiva dos constructos investigados na pesquisa.

De acordo com a Tabela 5, observa-se que os estudantes têm a intenção de investir no mercado de capitais (3,92), e que, além disso, concordam que possuem educação financeira (3,52). Em relação ao Alfa de Cronbach, destaca-se a alta confiabilidade dos dados da pesquisa, tendo em vista que essa variável apresentou valores acima de 0,70 (GASPAR, 2016).

4.3 Relação entre intenção de investir no mercado de capitais e educação financeira

Para analisar a relação da intenção de investir no mercado de capitais e educação financeira, utilizou-se o Teste de Correlação, que está apresentado na Tabela 6.

Constructo	Educação Financeira	
	Coefficiente de Correlação	Valor-p
Intenção de Investir no Mercado de Capitais	0,459***	< 0,001

Tabela 6 - Relação entre intenção de investir no mercado de capitais e educação financeira.

Fonte: Dados da pesquisa. Nota: (***) Correlação significativa ao nível de 1%.

Evidencia-se, na Tabela 6, que há correlação positiva entre a Intenção de Investir no Mercado de Capitais e Educação Financeira, a um nível de significância de 1% (Valor-p < 0,001). Isso significa que, quanto mais educação financeira os estudantes tiverem, maior tende a ser a intenção de investir no mercado de capitais.

4.4 Fatores associados à intenção de investir no mercado de capitais

Para verificar os fatores associados à intenção de investir no mercado de capitais, foi realizado o Teste T para comparar as médias, que está apresentado na Tabela 7.

Categoria	Classificação	N	Média	Valor-p	Diferença
Gênero	Masculino	96	4,12	0,006	Sim
	Outros	99	3,73	(***)	
Faixa etária	Até 20 anos	67	3,84	0,379	Não
	21 anos ou mais	128	3,97		
Percentual de Conclusão do curso	Até 50%	101	3,79	0,057	Sim
	Acima de 50%	94	4,06	(*)	
Renda familiar	Até R\$ 2.000,00	124	3,86	0,284	Não
	Acima de R\$ 2.000,00	71	4,02		
Etnia	Pretos e Pardos	65	4,15	0,025	Sim
	Outros	130	3,81	(**)	
Possui outra graduação	Sim	9	3,47	0,166	Não
	Não	186	3,94		
Instituição do ensino médio	Pública	167	3,91	0,661	Não
	Privada	28	4,00		
Possui curso na área de investimento	Sim	42	4,49	< 0,001	Sim
	Não	153	3,77	(***)	
Possui curso na área de educação financeira	Sim	82	4,19	0,002	Sim
	Não	113	3,73	(***)	
Ocupação	Estuda e trabalha	135	3,99	0,168	Não
	Apenas Estuda	60	3,77		
Estado Civil	Solteiro	178	3,93	0,763	Não
	Outros	17	3,85		
Declara-se endividado	Sim	35	3,67	0,100	Não
	Não	160	3,98		
Considera os pais endividados	Sim	52	4,04	0,332	Não
	Não	143	3,88		

Tabela 7 - Comparação de médias da intenção de investir no mercado de capitais em relação ao perfil.

Fonte: Dados da pesquisa (2021). (***) Significante ao nível de 1%; (**) Significante ao nível de 5%; (*) Significante ao nível de 10%.

De acordo com a Tabela 7, observa-se que há diferença entre os grupos do perfil dos respondentes sobre a intenção de investir no mercado de capitais. No que se diz respeito ao gênero, observa-se que o gênero masculino (4,12) possui maior intenção de investir do que os outros gêneros (3,73), a um nível de significância de 1% (valor-p = 0,006). Isso converge com outros estudos que constaram que as mulheres são mais avessas ao risco e por isso preferem não investir em mercado de capitais (ARAÚJO et al., 2021; BAYYURT; KARISIK; COSKUN, 2013) e que estudantes do gênero masculino eram mais conscientes em questões financeiras (GUIMARÃES; IGLESIAS, 2021).

Outra categoria que apresentou diferença estatística entre os grupos foi o percentual

de conclusão de curso, a um nível de significância de 10% (valor-p = 0,057). Logo, estudantes que concluíram acima de 50% do curso (4,06) possuem maior intenção de investir no mercado de capitais que os estudantes de início do curso. De acordo com Guimarães e Iglesias (2021), alunos de períodos mais elevados apresentaram ser mais conscientes em questões financeiras. Além disso, Sousa et al. (2019) concluíram que a grade curricular dos cursos dos alunos fornece embasamento para o planejamento financeiro pessoal, o que pode explicar esse resultado, tendo em vista que disciplinas como administração financeira e mercado de capitais são vistas no final do curso de ciências contábeis na universidade investigada.

Na categoria etnia, observa-se que os estudantes que se autodeclararam pretos e pardos possuem maior intenção de investir (4,15) do que os outros alunos, a um nível de significância de 5% (valor-p = 0,025). Além disso, os alunos que possuem curso área de investimento (4,49) estão mais propensos a investir no mercado de capitais que os outros que não fizeram curso nessa área (3,77), a um nível de significância de 1% (valor-p < 0,001). Da mesma forma, os estudantes que possuem curso na área de educação financeira (4,19) também estão mais propensos a investir no mercado de capitais do que os estudantes que não fizeram curso nessa área (3,73), também com significância ao nível de 1% (valor-p = 0,002). Este estudo corrobora os achados de Amorim et al. (2018), que mostraram que existe uma correlação positiva entre o nível de formação financeira de jovens universitários e a participação no mercado de capitais brasileiro.

Em contrapartida, com base na Tabela 7, pode-se inferir que as outras categorias, como faixa etária, renda familiar, outra graduação, tipo de instituição do ensino médio, ocupação, estado civil e endividamento não apresentaram diferença estatística no que se refere à intenção de investir. Portanto, de acordo com os dados analisados, os fatores relacionados à intenção de investir no mercado de capitais são: gênero, percentual de conclusão de curso, etnia e participação em cursos na área de investimento e educação financeira. Logo, estudantes do sexo masculino, que estão no fim do curso de ciências contábeis, pretos e pardos e que possuem cursos na área de investimentos e educação financeira têm maior intenção de investir no mercado de capitais.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar a relação entre a intenção de investir no mercado de capitais e a educação financeira. Adicionalmente, foram verificados os fatores relacionados à intenção de investir no mercado de capitais. Para tanto, realizou-se um estudo descritivo e quantitativo. Para coleta de dados foi utilizado um levantamento (*survey*), com a aplicação de um questionário *on-line*, de forma voluntária e anônima. Do total de 369 alunos matriculados no curso na época da aplicação do questionário, 195 estudantes responderam à pesquisa de forma integral, compondo a amostra da pesquisa.

Observou-se que os estudantes têm a intenção de investir no mercado de capitais, mas pouco se planejam para isso. Em relação à percepção dos estudantes sobre educação financeira, os respondentes tendem a concordar que entendem sobre finanças, juros, operações de crédito, inflação e investimentos. Além disso, o Teste de Correlação mostrou que existe uma correlação positiva entre a intenção de investir no mercado de capitais e a educação financeira, de modo que quanto mais se tem educação financeira, maior a intenção de investir no mercado de capitais. Apesar dessa relação positiva e do aumento da educação financeira no país nos últimos anos, é importante frisar que os investimentos em educação financeira precisam ser melhorados, considerando o comportamento não investidor dos alunos.

Constatou-se também que os fatores relacionados à intenção de investir no mercado de capitais entre os estudantes de ciências contábeis são: gênero, percentual de conclusão do curso, etnia, formação em cursos de investimentos e educação financeira. Nessa pesquisa encontrou-se que homens, estudantes que estão no final do curso, pretos e pardos e que já fizeram cursos sobre investimentos e educação financeira são mais propensos a investir no mercado de capitais.

Em linhas gerais, considera-se que este estudo contribui para a reflexão sobre a importância da educação financeira, uma vez que se apresentou como um elemento relacionado à intenção de investir no mercado de capitais. Além disso, ao serem identificados os fatores associados à intenção de investir no mercado de capitais, é possível delinear estratégias focadas na formação de novos investidores, contribuindo para o desenvolvimento do país e para o planejamento financeiro pessoal da sociedade.

Como limitações da pesquisa, destaca-se a amostra que se limitou apenas a estudantes de ciências contábeis de uma universidade pública, logo, os dados não podem ser extrapolados para outros universos. Além disso, não foi verificado neste estudo a condição de causa ou efeito nos constructos analisados. Desse modo, sugere-se que futuras pesquisas utilizem amostras mais abrangentes, para ampliar a discussão dessa temática, bem como verifiquem se há influência da educação financeira sobre a intenção de investir no mercado de capitais.

REFERÊNCIAS

AMORIM, K. A. F.; LUCENA, G. K. F.; GIRÃO, L. F. A. P.; QUEIROZ, D. B. A influência da educação financeira na inserção dos investidores no mercado de capitais brasileiro: um estudo com discentes da área de negócios. **RACE – Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 17, n. 2, p. 567-590, 2018.

ANTUNES, M. A.; PROCIANOY, J. L. Os efeitos das decisões de investimentos das empresas sobre os preços de suas ações no mercado de capitais. **RAUSP Management Journal**, v. 38, n. 1, p. 5-14, 2003.

ARAÚJO, A. P.; PEIXOTO, F. M.; JESUKA, D.; FAGUNDES, A. F. A. Os efeitos do gênero, da educação financeira e da interação social nas escolhas do investidor brasileiro. **Revista de Administração da UNIMEP**, v. 19, n. 3, p. 1-26, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS - ANBIMA. **Impactos Socioeconômicos do fortalecimento do mercado de capitais no Brasil**. 2018. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/data/files/1A/D4/9B/D8/1845661086B1AE5678A80AC2/ImpactoSocio_ANBIMA_AccentureVF.pdf>. Acesso em: 27 out. 2021.

_____. **Raio X do Investidor Brasileiro**. 2021. São Paulo; Rio de Janeiro. Disponível em: <[/www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2021](https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2021)>. Acesso em: 15 nov. 2021

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2018. **Relatório de Cidadania Financeira**. Brasília - DF: cidadania financeira. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>>. Acesso em: 02 dez. 2021

BAYYURT, N.; KARIŞIK, V.; COŞKUN, A. Gender differences in investment preferences. **European Journal of Economic & Political Studies**, v. 6, n.1, p. 71-153, 2013.

BRASIL. Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. **Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6385.htm> Acesso em: 07 dez. 2021.

BRASIL, BOLSA, BALCÃO - B3. **B3 divulga estudo sobre o perfil dos investidores pessoa física na bolsa**. 2020. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/pessoa-fisica.htm>. Acesso em: 29 out. 2021

_____. **Total de investidor pessoa física cresce 43% no primeiro semestre, mostra estudo da B3**. 2021. Disponível em: <https://www.b3.com.br/pt_br/noticias/porcentagem-de-investidores-pessoa-fisica-cresce-na-b3.htm>. Acesso em: 04 nov. 2021.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIARIOS – CVM. **Mercado de Valores Mobiliários Brasileiro**. 4 ed. Rio de Janeiro, 2019.

_____. **Investidores no mercado de capitais brasileiro**. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/cvm/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/estudos/air_investidores-no-mercado-de-capitais-brasileiro_2021-07-19.pdf. Acesso em: 09 nov. 2021.

DIAS, E. P.; SANTOS, M. D. A importância da educação financeira nos conteúdos curriculares dos cursos. **Revista Eletrônica Gestão e Serviços**, v.11, n. 2, pp. 3167-3188, 2020.

FLICK, U. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GASPAR, I. D. **Avaliação da Confiabilidade de uma Pesquisa Utilizando o coeficiente Alfa de Cronbach**. In: SIMPÓSIO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, Goiás, 2016. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1012/o/ISAAC_DE_ABREU_GASPAR_2_-_email.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES JUNIOR, W.; EID JUNIOR, W. Determinantes do investimento estrangeiro no mercado de capitais brasileiro. **Revista Brasileira de Finanças**, v. 14, n. 2, p. 189-224, 2016.

GUIMARÃES, T. M.; IGLESIAS, T. M. Educação financeira: um estudo comparado entre os estudantes do ensino médio de um Instituto Federal de Minas Gerais. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 11, n. 1, p. 94-111, 2021.

MARSCHNER, P. F.; CERETTA, P. S. Sentimento do investidor, incerteza econômica e política monetária no Brasil. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 32, n. 87, p. 528-540, 2021.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. **MEC lança Programa Educação Financeira nas Escolas**. 2021. gov.br. Disponível em: <<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/mec-lanca-programa-educacao-financeira-nas-escolas>>. Acesso em: 02 dez. 2021

MOREIRA, K. D. S.; PENEDO, A. S. T.; PEREIRA, V. S.; AMBROZINI, M. A. Crises e precificação de ativos no mercado de capitais brasileiro: os cinco fatores de Fama & French. **Revista Gestão Organizacional**, v. 14, n. 2, p. 95-115, 2021.

OLIVEIRA, M. A.; MELO, N. H. Jogo de empresas e mercado de ações: uma análise do aprendizado dos alunos em um curso de Administração. **Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 305-335, 2020.

PEREIRA, J.; LUCENA, W. G. L. A influência da educação financeira e os fatores emocionais: um estudo com alunos de contabilidade e engenharia. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 6, n. 3, p. 48-67, 2014.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RODRIGUES, A. C. A evolução do mercado de capitais brasileiro e o perfil do acionista minoritário no Brasil. **Scientia Iuris**, v. 16, n. 2, p. 107-128, 2012.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007.

SOUSA, M. A. B.; OLIVEIRA, A. L. L.; FRASNELL, R. S.; CARRARO, N. C.; TISOTT, S. T. Um estudo a respeito da educação financeira dos acadêmicos dos cursos de administração e ciências contábeis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas. **Interface - Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas**, v. 16, n. 2, p. 52-70, 2019.

WARSAME, M. H.; IRERI, E. M. 2016. Does the theory of planned behaviour (TPB) matter in Sukuk investment decisions?. **Journal of Behavioral and Experimental Finance**, v. 12, p. 93-100, 2016.

WISNIEWSKI, M. L. G. A importância da educação financeira na gestão das finanças pessoais: uma ênfase na popularização do mercado de capitais brasileiro. **Revista Intersaberes**, v. 6, n. 12, p. 155-172, 2011.

SOBRE O ORGANIZADOR

CLAYTON ROBSON MOREIRA DA SILVA - Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI). Doutor e Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui MBA em Gestão em Finanças, Controladoria e Auditoria pelo Centro Universitário INTA (UNINTA). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e em Administração pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL).

ÍNDICE REMISSIVO

A

Ações 49, 50, 51, 52, 62, 64
Análise bibliométrica 1, 7, 9, 10, 12, 13, 14
Assistentes técnicos 4
Auditoria 4, 5, 30, 65
Avanço físico 33, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 43, 46

C

Conflitos 4
Construção 8, 19, 20, 22, 27, 43
Contabilidade pública 15, 16, 30
Contrato 17, 19, 21, 31
Custo 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 30, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 41, 42, 43, 46, 49
Custo de empréstimos 15, 16, 17, 19, 23

D

Despesa 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31
Dívida 20, 21, 24, 25, 28, 49, 50

E

Educação financeira 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64
Empresa 5, 8, 23, 33, 34, 37, 38, 39, 50
Empréstimo 17, 22, 30, 32
Encargos 17, 19, 20, 21, 22, 25, 27, 28
Estudantes 7, 47, 48, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64

F

Financiamento 19, 30, 31

I

Intenção de investir 47, 48, 49, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62
Investidores 5, 16, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 62, 63
Investimentos 17, 18, 20, 21, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 57, 58, 61, 62
IPSAS 15, 16, 17, 18, 28, 30, 31, 32

J

Juros 9, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 47, 53, 55, 58, 62

L

Laudo 3, 4, 5, 6, 8, 12

Legislação 2, 3, 16, 17, 21, 27

M

Mercado de capitais 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64

Município 7, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 31

N

NBC TSP 15, 16, 17, 18, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 30

O

Operação financeira 21

P

Perícia contábil 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14

Peritos 2, 3, 5, 6, 8, 9

Projeto 13, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46

R

Revistas 1, 2, 6, 7, 9, 10, 11, 12

S

Setor público 16

T

Tesouro Nacional 15, 24, 25, 26, 30

V

Valor agregado 33, 34, 35, 36, 40, 42, 45

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Trabalho e ensino em contabilidade 2


Ano 2022

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Trabalho e ensino em contabilidade 2


Ano 2022